



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90036/2026

ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu /PR - UASG 987563

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84388/2026

PROCESSO DIGITAL Nº 18522/2026

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR, com sede na Praça Getúlio Vargas nº 280 - CEP 85851-340 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora indicados, será realizada licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO**, que será regido pela **Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e Decreto Municipal 32.398/2024**, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

DATAS RELATIVAS AO CERTAME

- **Data da Realização/Início da disputa: 26/06/2026 às 09h00**
- **Pedidos de esclarecimentos:** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura;
- **Impugnações:** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

PREGOEIRO(A): Janaina Ferreira de Carvalho Mafini, designado(a) pela Portaria nº 83849 de 12 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, edição nº 5409/2026.

Whatsapp business: (45) 2105-1369

Email: janaina.jfcm@pmfi.pr.gov.br

Horário de expediente: das 08h às 14h.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro - Foz do Iguaçu – PR.

DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- Anexo I – Termo de Referência e Anexo do TR (IMR)
- Anexo II – Itens da Licitação
- Anexo III – Minuta de Contrato





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



- Anexo IV – Declaração Anticorrupção
- Anexo V – Modelo de Proposta Comercial
- Anexo VI – Modelo de Convocação de Remanescentes

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente pregão é a **contratação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, consistentes na prestação de serviços de conectividade dedicada à internet, com alta disponibilidade, banda garantida, suporte técnico, monitoramento e mecanismos de redundância, por meio de arquitetura baseada em três enlaces de conectividade independentes, providos por operadoras distintas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 O valor máximo da presente licitação é de **R\$ 240.233,40 (duzentos e quarenta mil, e duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos)**.

1.3 A especificação técnica dos itens no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do Edital no Compras.gov.br (RELAÇÃO DE ITENS) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. **Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência, prevalecerá a que consta do TR.**

1.4 No presente certame, não serão adotados os instrumentos de tratamento diferenciado previstos no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, relativos à licitação exclusiva, à cota reservada e à eventual subcontratação de ME/EPP, conforme justificativa constante do TR, sem prejuízo da aplicação dos demais benefícios legais assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabíveis, especialmente aqueles previstos nos arts. 42 a 45 da referida Lei Complementar.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



- 2.1.2** O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Foz do Iguaçu/PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.2** Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.
- 2.3** Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:
- 2.3.1** Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.2** Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.3** Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- 2.3.4** Estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.5** Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, nos termos do art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.6** Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.
- 2.3.7** Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 2.3.8** Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 2.4** É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.
- 2.4.1** Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação haja vista que o objeto a ser licitado não possui alta complexidade ou vulto, não havendo a necessidade de reunir várias empresas de responsabilidade compartilhada para o fiel cumprimento contratual. A vedação





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



do regime de consórcio não limitará a competitividade do presente procedimento licitatório.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

- 3.1** A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 3.2** A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço unitário do item**, observados o quantitativo e/ou a unidade de prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).
- 3.2.1** Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.
- 3.3** Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.
- 3.4** O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições constantes no Edital e Termo de Referência (Anexo I).
- 3.5** A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.
- 3.6** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.
- 3.7** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- a) Condições de participação.**
- a.1)** Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- a.2)** Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- b) Declarações para fins de habilitação**





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



- b.1) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- b.2) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- b.3) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- b.4) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- b.5) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- c) **Declarações de cumprimento à legislação trabalhista**
- c.1) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- c.2) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
- 3.8 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.9 **Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.**
- 3.10 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- 3.11 As propostas terão validade de **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.
- 3.11.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 3.12 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



4. DA SESSÃO PÚBLICA

- 4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 4.2.1 Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail janaina.jfcm@pmfi.pr.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo a Pregoeira registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.
- 4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 4.4 Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.5 No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 4.6 A Pregoeira poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“aberto”**, conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
- 5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento.
- 5.3 Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 5.4 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



- 5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 5.6** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 5.7** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 5.7.1** Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.7.2** Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.
- 5.7.3** Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 5.8** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.
- 5.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10** Durante a “etapa aberta” da fase de lances, a Pregoeira poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.
- 5.10.1** Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 5.10.2** A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte da Pregoeira não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.
- 5.11** Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,25% sobre o valor unitário do item.
- 6. DOS BENEFÍCIOS GERAIS APLICÁVEIS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**
- 6.1** Aplicam-se à presente licitação, no que couber, os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal e trabalhista e ao empate ficto, observados os limites e as hipóteses de inaplicabilidade previstos no art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e na própria Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.2** Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

- 6.3** Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.4** Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 6.4.1** A microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;
- 6.4.2** Não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 6.5** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7. DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 7.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.3** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8. DO JULGAMENTO

- 8.1** O critério de julgamento adotado será o de menor preço por ITEM.
- 8.2** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



no certame previstas no Capítulo 2, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1 SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021, conforme item 2.3.5;

8.2.2 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

8.3 Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação, a Pregoeira relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

8.4 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5 Caso conste a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, a Pregoeira deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

8.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.8 Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, a Pregoeira, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

8.8.1 Inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

8.8.2 Relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

8.9 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício.



Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

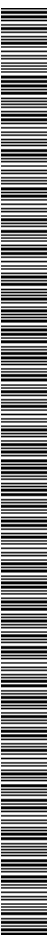
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



- 8.10 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 9.1 A Pregoeira solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo V do Edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.
- 9.2 O prazo para envio da proposta é de, **no máximo (02) duas horas** a contar da convocação pelo sistema.
- 9.2.1 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pela Pregoeira.
- 9.2.2 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da proposta/planilha.
- 9.3 A **proposta de preços final** deverá ser encaminhada em PDF em campo próprio no sistema eletrônico no portal www.comprasnet.gov.br, devendo conter:
- 9.3.1 Preço unitário e total do(s) item(ns), com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- 9.3.2 Marca do produto ofertado (se for o caso);
- 9.3.3 Conter as condições de pagamento em conformidade com o Edital, sendo que a não especificação significa que a licitante concorda com os termos do edital;
- 9.3.4 Prazo de validade da proposta: 90 dias, sendo que a não especificação significa que a licitante concorda com os termos do edital;
- 9.3.5 E-mail cadastrado para assinatura do contrato.
- 9.4 Em relação aos serviços a serem prestados, a Pregoeira poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos, declarações técnicas e/ou outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas da solução ofertada.
- 9.5 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pela Pregoeira, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- 9.6 A proposta será **desclassificada** quando:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



- 9.6.1 As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;
- 9.6.2 Contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexequibilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 9.7 A Pregoeira examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no Edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).
- 9.8 A Pregoeira poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.
- 9.9 Havendo falhas na proposta, a Pregoeira deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que **a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis**, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.10 Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, a Pregoeira deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.
- 9.11 Após o Julgamento da Proposta, sendo aceita, a Pregoeira abrirá prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante participante do item/grupo poderá, **de forma imediata**, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recurso**.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 10.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 10.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou que estejam vencidos deverão ser enviados na forma eletrônica por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 10.4** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.5** Para fins de habilitação jurídica, a Pregoeira verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.
- 10.6** A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:
- 10.6.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
 - 10.6.2** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
 - 10.6.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
 - 10.6.4** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
 - 10.6.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
 - 10.6.6** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
 - 10.6.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 10.7** A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:
- 10.7.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
 - 10.7.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - 10.7.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



- 10.7.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 10.7.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 10.7.6** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
- 10.7.7** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.7.8** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- 10.8** A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:
- 10.8.1** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.
- 10.8.1.1** Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os atestados deverão demonstrar que o licitante possui experiência mínima acumulada de 12 (doze) meses na prestação de serviços de conectividade dedicada à internet ou serviços de TIC equivalentes, nos termos do art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, considerados de forma contínua ou não, admitido o somatório de períodos e de diferentes contratos, inclusive executados de forma concomitante. Os atestados deverão comprovar, no mínimo, a execução satisfatória de serviços com as seguintes características:
- 10.8.1.1.1** Prestação de serviços de conectividade dedicada à internet, por meio de enlace(s) de dados;
- 10.8.1.1.2** Fornecimento de serviços com disponibilidade e continuidade compatíveis com ambientes corporativos ou institucionais críticos;
- 10.8.2** Comprovação de atendimento às normas e regulamentações aplicáveis à prestação de serviços de telecomunicações, especialmente aquelas emanadas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, quando aplicável, nos termos do art. 67, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.8.2.1** Para fins de atendimento a este requisito, o licitante deverá comprovar que: **a)** atua em conformidade com a legislação setorial de telecomunicações vigente; **b)** detém autorização própria da ANATEL para prestação de serviços de telecomunicações, ou, quando não detiver



Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

autorização própria, utiliza, na execução do objeto, infraestrutura e serviços providos por prestadora devidamente autorizada pela ANATEL; **c)** observará integralmente as normas técnicas, regulatórias e de qualidade aplicáveis à prestação de serviços de conectividade dedicada à internet; **d)** manterá válidas, durante toda a execução contratual, as autorizações, outorgas ou contratos com prestadoras autorizadas pela ANATEL necessários à prestação regular do serviço.

10.8.2.2 A comprovação poderá ser realizada mediante: **a)** ato de outorga, autorização ou licença expedida pela ANATEL (ex.: autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM), quando o licitante for prestador autorizado; **b)** contrato, acordo comercial ou instrumento equivalente que comprove vínculo com prestadora de serviços de telecomunicações regularmente autorizada pela ANATEL, quando o licitante não detiver autorização própria; e **c)** declaração formal do licitante, subscrita por seu representante legal, quanto ao atendimento à legislação setorial aplicável, como complemento à documentação apresentada.

10.8.3 Caso seja necessário e mediante solicitação formal da Pregoeira, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

10.9 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.9.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.9.2 Nos termos da IN nº 03 de 26 de abril de 2018, para as empresas cadastradas no SICAF, as quais estejam com as Certidões inseridas no sistema, quando não constar a data de validade na referida Certidão o prazo de validade será de 01 (um) ano.¹

10.9.3 Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão n. 1201/2020 do Tribunal de Contas da União-TCU-Plenário).

10.10 Declaração Anticorrupção, conforme Anexo IV. **Não se constitui em documento da habilitação** e poderá ser solicitado em diligência. Recomenda-se enviar junto com a proposta de preços ajustada após lance final.

¹No Estado do Paraná, é adotado o Provimento nº 294/2020 do TJ/PR, cujas Certidões de Falência e Concordata não possuem prazo de validade, na forma do art. 96, § 5º do Código de Normas da E. Corregedoria - Geral da Justiça do Estado do Paraná e o *QR Code* constante nas Certidões são meramente para fins de autenticação, não confundindo-se com a validade da Certidão em si.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10.11 O prazo para envio dos documentos de habilitação, na hipótese do item 10.3, é de, no máximo (02) duas horas, a contar da convocação pelo sistema. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo.

10.11.1 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pela Pregoeira.

10.11.2 Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pela Pregoeira, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.12 Encerrado o prazo para envio dos documentos de habilitação, a Pregoeira, a título de diligência, **poderá solicitar à licitante o envio de novos documentos de habilitação ou documentação complementar**, por meio do campo de “diligência” do sistema, mediante decisão fundamentada, para:

10.12.1 A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes **de fatos pré-existentes à época da abertura do certame, em atenção ao princípio do formalismo moderado em aplicação ao entendimento esposado pelo TCU no acórdão 1211/2021;**

10.12.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.12.3 A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante;

10.12.4 Confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação.

10.13 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 10.12 e, findo o prazo assinalado pela Pregoeira para esse fim, sem o envio da nova documentação, **restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.**

10.14 Para fins de verificação das condições de habilitação, a Pregoeira poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

10.15 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

10.15.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.15.2 Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



10.16 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.16.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.16.2 A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.17 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

10.17.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

11.2 **Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.**

12. DO RECURSO

12.1 Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recurso.**

12.2 A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.

12.3 Registrada a intenção de recurso, a licitante deverá apresentar as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

- 12.4 Para a efetivação do recurso, alerta-se que o Sistema Eletrônico Compras.gov.br exige o preenchimento pela recorrente do campo referente às razões recursais no prazo indicado.
- 12.5 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.
- 12.6 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 12.7 O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será endereçado à Pregoeira, nos termos §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.8 A Pregoeira poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.
- 12.9 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.

14. DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 14.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 14.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

- 14.2 Somente será permitida a assinatura eletrônica do contrato/da ata, o qual no Município de Foz do Iguaçu/PR é realizado da seguinte forma:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 14.2.1** O responsável, pela assinatura do Contrato, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28.900/2021-PMFI - Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>
- 14.2.2** O Município enviará o contrato para assinatura da licitante no e-mail previamente cadastrado pela empresa, no link acima descrito, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 14.1.
- 14.2.3** As dúvidas acerca das questões atinentes à assinatura do Contrato devem ser dirimidas no setor de Contratos da Diretoria de Licitações e Contratos, **telefone: (45) 2105-1400 com Ricardo, Maicon ou Alex.**
- 14.2.4** As dúvidas acerca de questões atinentes ao cadastro no Sistema SID devem ser dirimidas no setor de Tecnologia da Informação, **telefone (45) 2105-1001.**
- 14.3** Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 14.1, será facultado à Administração, através da Pregoeira, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.4** A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar o contrato ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.
- 14.5** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.
- 15. DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES**
- 15.1** Durante a vigência da contratação, caso o licitante vencedor se recuse a assinar o contrato ou fique impossibilitado de executar o objeto, a Administração poderá convocar, por meio eletrônico e observada a ordem de classificação, os licitantes remanescentes participantes do certame para que manifestem interesse em assumir a execução, nas mesmas condições propostas pelo vencedor, ou informem se mantêm o valor do seu último lance, devendo, em ambos os casos, apresentar proposta atualizada, planilha de custos e documentos de habilitação.
- 15.2** Consideram-se as mesmas condições do valor adjudicado na licitação o valor atualizado do contrato em rescisão que tenha sido reajustado, repactuado ou reequilibrado.
- 15.3** Independentemente da composição de custos apresentada pelo interessado, o valor adjudicado obedecerá às condições acima.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 15.4 No ato de convocação dos licitantes remanescentes, a Administração deverá informar o valor atualizado do contrato, definido nos termos do item 15.2.
- 15.5 O prazo para manifestação de interesse será de 48 horas contadas do envio da convocação eletrônica, sendo considerada como negativa de interesse a ausência de resposta.
- 15.5.1 Excepcionalmente o prazo poderá ser reduzido para 24 horas, considerando a situação de urgência.
- 15.6 No caso de propostas iguais, a ordem de classificação do certame definirá o desempate.
- 15.7 A Administração poderá negociar com o proponente da melhor oferta com vistas à obtenção de menor preço.
- 15.8 Somente será analisada a documentação de habilitação da melhor proposta.
- 15.9 Para a contratação, deverá ser observado o disposto no Capítulo 9 – Da Aceitabilidade da Proposta e no Capítulo 10 – Da Habilitação.
- 15.10 A convocação dos fornecedores se dará através de e-mail, a ser enviado para o endereço eletrônico cadastrado no SICAF.
- 15.11 O ato de convocação deverá ser juntado no processo administrativo.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 16.1 A contratada deverá apresentar à Administração, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da assinatura do contrato, prestação da garantia pelo contratado, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 16.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará na aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor global do contrato por dia de atraso, até o máximo de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento).
- 16.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, inc. I da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.1.3 Persistindo o atraso, a Administração poderá reter o valor da garantia de 5% da fatura mensal, até a regularização.
- 16.1.4 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 6 (seis) meses após o término da execução contratual.
- 16.1.5 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

parâmetros utilizados quando da contratação, independentemente de provocação por parte deste Município.

16.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- 16.2.1** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 16.2.2** Seguro-garantia;
- 16.2.3** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 16.2.4** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

16.3 A Garantia de Execução do Contrato assegurará o pagamento:

- 16.3.1** De prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 16.3.2** De prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 16.3.3** Das multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- 16.3.4** Das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

16.4 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificada.

16.5 A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- 16.5.1** Caso fortuito ou de força maior;
- 16.5.2** Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 16.5.3** Descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO decorrentes de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE; e
- 16.5.4** Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da CONTRATANTE.

16.6 Cabe ao Gestor do Contrato promover o controle sistemático das garantias contratuais prestadas pela Contratada, competindo-lhe assegurar a instrução processual com a respectiva junção dos comprovativos de recolhimento.

16.7 No exercício do controle referido no item anterior, o Gestor deverá monitorizar permanentemente a adequação da vigência e do valor da garantia, exigindo a sua





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

atualização ou reforço sempre que houver alterações no valor total do contrato ou prorrogações do prazo de execução que assim o exijam.

16.8 Verificado o cumprimento integral das obrigações contratuais e a inexistência de penalidades pendentes de pagamento ou danos a reparar, o Gestor deverá propor formalmente à autoridade competente a liberação da garantia em favor da Contratada.

16.9 A proposta de liberação da garantia deverá ser efetuada com observância dos prazos regulamentares previstos na legislação vigente, após a emissão do termo de recebimento definitivo do objeto.

16.10 A garantia somente será liberada ou restituída após a execução do Contrato, em consonância com o disposto no art. 100 da Lei nº 14.133, de 2021, e sua extinção será comprovada pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, além das hipóteses previstas nesta Contratação, findo o prazo disposto no parágrafo segundo desta Cláusula.

16.11 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

16.12 Será considerada extinta a garantia:

16.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Unidade Requisitante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

16.12.2 Vencido o prazo de validade da Garantia, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Município de Foz do Iguaçu promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato.

17.2 A contratada deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

18. DA NOTA DE EMPENHO

18.1 Durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente o MUNICÍPIO poderá convocar a contratada/fornecedor beneficiário para retirada da Nota de Empenho,





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 18.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor beneficiário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.1.2 A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o MUNICÍPIO a convocar os fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, para, nos termos do item 15, assinar o contrato e, posteriormente, retirar a Nota de Empenho em iguais condições.

18.2 Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

18.3 A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico Nº **90036/2026**, constante do Processo nº 84388/2026, contrato ou instrumento equivalente e da proposta vencedora.

18.4 A contratada/fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital, contrato ou instrumento equivalente, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

18.5 Para a retirada da nota de empenho referida no item 18.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

18.5.1 Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail) ou via fax, desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 17.1, o recebimento da mesma.

18.5.2 A contratada/fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.

19. DO PAGAMENTO

19.1 O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da liquidação da despesa, na forma do art. 318 e ss. do Decreto Municipal nº 32.398/2024, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

19.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pela seguinte dotação:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

a. 19.003.04.126.0170.2059.3.3.90.40.1.505

- 19.3** Processo de pagamento a fornecedores e prestadores de serviço será instruído, no mínimo, a nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo de recebimento definitivo do objeto, emitido previamente pelo gestor, nos termos do art. 325 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, e seguirá o estabelecido pela Instrução Normativa nº 10/2025-SMFO, publicada no Diário Oficial Nº 5.183 de 18 de março de 2025.
- 19.4** As Notas Fiscais (NF-e) serão protocoladas digitalmente, por meio do link: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PortalEmpresarial/>, na aba “PROTOCOLO DIGITAL”, caso ainda não possua cadastro no site, deverá o fornecedor fazê-lo primeiro, através da aba “NÃO POSSUI ACESSO”.
- 19.5** Deverá a contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), certidão de regularidade da fazenda estadual da sede do fornecedor, certidão de regularidade da fazenda municipal de Foz do Iguaçu e certidão de regularidade da fazenda municipal da sede da empresa.
- 19.6** **Ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes na INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.145/23, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Municipal direta ou indireta, com base nas disposições constantes no Decreto Municipal nº 31.634/2023.**
- 19.6.1** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.
- 19.6.2** Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 2º.
- 19.7** As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.
- 19.8** Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 18.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

19.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo MUNICÍPIO, entre o término do prazo referido no item 18.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

19.9.1 Deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando aquele índice que for mais favorável à Administração Municipal de Foz do Iguaçu.

19.10 A empresa deverá providenciar seu cadastro junto ao Município de forma antecipada nos seguintes sistemas:

19.10.1 Para o pagamento:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>

20. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor beneficiário em assinar o contrato ou retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido neste Edital caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

20.2 As licitantes subsequentes na hipótese de aceitarem as convocações previstas no item 15, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitos às sanções referidas no Capítulo IX do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

20.3 Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

20.4 Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

20.4.1 Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

20.4.1.1 Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da nota de empenho; e

20.4.1.2 Determinar a rescisão unilateral.

20.5 O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

20.5.1 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

20.5.2 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

20.5.3 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

20.6 Ocorrendo alguma das hipóteses previstas no Capítulo 19 e seguintes deste edital, a nota de empenho e o próprio contrato poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

20.7 A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

20.8 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico janaina.jfcm@pmfi.pr.gov.br.

21.2 Compete à Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

21.3 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 21.4 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 21.5 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados à Pregoeira até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico janaina.jfcm@pmfi.pr.gov.br.
- 21.6 A Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.
- 21.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do Município de Foz do Iguaçu/PR para os interessados.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.
- 22.2 Os atos normativos do Município de Foz do Iguaçu/PR referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www5.pmfi.pr.gov.br/>
- 22.3 É facultado à Pregoeira, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 22.4 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 22.5 As decisões da Pregoeira durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 22.6 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, e está sendo adotado a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação da Pregoeira, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

22.7 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam ao Município de Foz do Iguaçu/PR, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

22.8 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pela Pregoeira.

23. DO FORO

23.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, com exclusão de qualquer outro.

Datado e assinado digitalmente

Larissa Ferreira
Secretária Municipal da Administração e Recursos Humanos

Luiz Ninoff Teixeira
Secretário Municipal de Tecnologia, Inovação e Modernização Digital





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Versão 2.0 - SMAD/DILC - Atualizada em 17 jan. 2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Tecnologia, Inovação e Modernização Digital – STIM.

1.2. Definição do objeto: Contratação de **serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, consistentes na **prestação de serviços de conectividade dedicada à internet, com alta disponibilidade, banda garantida, suporte técnico, monitoramento e mecanismos de redundância**, por meio de **arquitetura baseada em três enlaces de conectividade independentes, providos por operadoras distintas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL ANUAL
1	Serviço continuado de conectividade dedicada à internet, por meio de 01 (um) enlace independente, com banda garantida, capacidade mínima garantida de 1 Gbps, IP público válido, monitoramento, suporte técnico e SLA, conforme especificações técnicas do TR	15594	Serviço/mês	12	R\$ 6.673,15	R\$80.077,80
2	Serviço continuado de conectividade dedicada à internet, por meio de 01 (um) enlace independente, com banda garantida, capacidade mínima garantida de 1 Gbps, IP público válido, monitoramento, suporte técnico e SLA, conforme especificações técnicas do TR	15594	Serviço/mês	12	R\$ 6.673,15	R\$80.077,80
3	Serviço continuado de conectividade dedicada à internet, por meio de 01 (um) enlace independente, com banda garantida, capacidade mínima garantida de 1 Gbps, IP público válido, monitoramento, suporte técnico e SLA, conforme especificações técnicas do TR	15594	Serviço/mês	12	R\$ 6.673,15	R\$80.077,80

Nota: Os valores unitários e totais indicados na tabela acima correspondem ao período de vigência inicial de 12





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

(doze) meses. O valor total estimado de cada item para o período contratual inicial é de R\$ 80.077,80 (oitenta mil, setenta e sete reais e oitenta centavos), e o valor global estimado da contratação para os 12 meses de vigência inicial é de R\$ 240.233,40 (duzentos e quarenta mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos), correspondente ao valor total máximo estimado do processo licitatório.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 31º do Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente por até 10 (dez) anos, desde que comprovada, a cada prorrogação, a vantajosidade da manutenção do contrato para a Administração, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como serviço continuado, tendo em vista que a conectividade dedicada à internet constitui infraestrutura essencial e permanente para o funcionamento das atividades administrativas e finalísticas da Administração Pública Municipal, não se exaurindo em uma única prestação e sendo indispensável à continuidade dos serviços públicos.

1.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade, a estabilidade e a disponibilidade dos serviços de conectividade dedicada à internet utilizados pela Administração Pública Municipal, essenciais à execução de atividades administrativas e finalísticas, incluindo sistemas corporativos, serviços digitais ao cidadão, comunicação institucional e integração entre órgãos e entes federativos.

2.2. Atualmente, a conectividade institucional é provida por meio de 03 (três) enlaces dedicados de 1 Gbps cada, totalizando 3 Gbps de capacidade, contratados em 2022, os quais atendem aproximadamente 17 Secretarias Municipais, 4 autarquias, 1 fundação e cerca de 5.000 usuários/equipamentos conectados.

Dados operacionais da área técnica demonstram que:

- a demanda pico máximo registrado de 1,69 Gbps no período de 12 meses analisado, com média agregada de 473,93 Mbps;
- Foram identificados picos individuais de 945,45 Mbps em enlace específico;
- Em todo o período houve divisão do tráfego e utilização simultânea dos três enlaces.

Além disso, a conectividade suporta sistemas críticos das áreas de gestão pública, saúde, educação e assistência social, cuja indisponibilidade impacta diretamente a prestação de





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



serviços ao cidadão.

Diante da evolução da demanda, do aumento da criticidade dos serviços digitais e da limitação da capacidade atualmente contratada, verifica-se a necessidade de reavaliação da solução de conectividade, com vistas a assegurar níveis adequados de desempenho, disponibilidade e resiliência.

A solução definida, com base no Estudo Técnico Preliminar, consiste na contratação de serviços de conectividade dedicada à internet estruturados por meio de três enlaces independentes, providos por operadoras distintas, integrados por roteamento dinâmico, de modo a mitigar riscos de indisponibilidade e garantir a continuidade do serviço público essencial.

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026. A demanda está alinhada aos objetivos estratégicos desta Secretaria, em consonância com o Planejamento Estratégico institucional, contribuindo para o cumprimento das ações e metas estabelecidas, encontrando-se identificada no PNCP - Soluções TIC, página 5, sob ID do item no PCA 7294 (2631084776 - Serviço de fornecimento de Links de Internet), bem como sob o ID da futura contratação nº 631/2026.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O SEU CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste na contratação de serviços continuados de conectividade dedicada à internet, estruturados por meio de arquitetura composta por 03 (três) enlaces independentes, providos por operadoras distintas, com o objetivo de assegurar alta disponibilidade, resiliência operacional e continuidade do serviço público essencial.

3.2. A solução compreende, de forma integrada, todas as **etapas do ciclo de vida do serviço**, desde a implantação inicial até sua operação contínua e eventual desmobilização, incluindo, no mínimo:

3.2.1. Implantação

- a) disponibilização dos enlaces de conectividade dedicados, conforme arquitetura definida no Termo de Referência;
- b) ativação dos circuitos, testes de funcionamento, validação técnica e integração com a infraestrutura de rede existente da Administração;
- c) configuração inicial necessária à plena operação do serviço.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.2.2. Operação

- a) fornecimento contínuo de conectividade dedicada à internet, com banda garantida, disponibilidade compatível com a criticidade do serviço e atendimento aos níveis de serviço (SLA) definidos;
- b) monitoramento proativo do serviço, com identificação e tratamento de falhas, degradações ou indisponibilidades;
- c) suporte técnico especializado durante toda a vigência contratual.

3.2.3 Manutenção e suporte

- a) manutenção corretiva e preventiva dos enlaces e dos componentes necessários à prestação do serviço;
- b) atendimento a incidentes, falhas e interrupções, observados os prazos e níveis de serviço estabelecidos;
- c) atualização de configurações técnicas, quando necessária, para preservação da qualidade, segurança e continuidade do serviço.

3.2.4 Gestão do serviço

- a) disponibilização de informações, relatórios e indicadores de desempenho que permitam a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual;
- b) cooperação técnica com a Administração para resolução de incidentes complexos ou eventos críticos.

3.2.5 Desmobilização ou transição

- a) apoio técnico à transição para eventual novo contrato ou solução futura, de forma a evitar a interrupção dos serviços;
- b) desativação ordenada dos enlaces, quando aplicável, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos técnicos e operacionais mínimos

- a) prestar serviço contínuo de conectividade dedicada à internet, com garantia de disponibilidade compatível com a criticidade dos serviços públicos suportados pela Administração;
- b) operar por meio de arquitetura baseada em três (3) enlaces de conectividade independentes, de modo a mitigar domínios únicos de falha e assegurar a continuidade do serviço público





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

essencial;

c) viabilizar a contratação de enlaces independentes, providos por operadoras distintas, em consonância com o parcelamento do objeto e com as estratégias de mitigação de riscos;

d) suportar a operação de roteamento dinâmico, notadamente por meio do protocolo BGP (Border Gateway Protocol) ou tecnologia funcionalmente equivalente, considerando que o Município possui Sistema Autônomo (AS) próprio e endereçamento IP público válido;

e) disponibilizar endereçamento IP público válido, em quantidade suficiente para atender às necessidades institucionais;

f) assegurar compatibilidade técnica com a infraestrutura de rede existente da Administração, incluindo roteadores e firewalls de borda, sem exigência de fornecimento ou substituição desses equipamentos;

g) oferecer mecanismos de mitigação de ataques de negação de serviço distribuída (DDoS), integrados à solução de conectividade ou disponibilizados pela operadora, compatíveis com ambientes que utilizam roteamento dinâmico;

h) garantir banda simétrica, com desempenho adequado tanto para tráfego de entrada quanto de saída, compatível com aplicações corporativas, serviços digitais e sistemas em nuvem;

h.1) cada enlace de conectividade, a ser provido por operadora distinta, nos termos do inciso (c), deverá possuir capacidade mínima garantida de 1 Gbps, com banda dedicada e simétrica, assegurando o atendimento à demanda institucional, observado o disposto neste Termo de Referência;

i) fornecer monitoramento contínuo do serviço, com identificação proativa de falhas, degradações ou indisponibilidades;

j) disponibilizar suporte técnico especializado, durante toda a vigência contratual, para atendimento a incidentes, falhas e eventos críticos;

k) atender às normas e regulamentações aplicáveis da ANATEL e demais órgãos competentes, relativas à prestação de serviços de telecomunicações.

Padrões mínimos de qualidade e níveis de serviço (SLA)

a) Disponibilidade mínima mensal de 99,8% por enlace, correspondente a indisponibilidade máxima tolerável de aproximadamente 1 (uma) hora e 26 (vinte e seis) minutos em mês de 30 dias, conforme detalhado no Instrumento de Medição de Resultados — IMR — Anexo I deste



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Termo de Referência;

b) Latência máxima de ida e volta (RTT) de 20 ms (vinte milissegundos) entre o ponto de interconexão da Administração e o ponto de presença da operadora; jitter máximo de 5 ms (cinco milissegundos); e taxa de perda de pacotes máxima de 0,1% (um décimo por cento), medidos em condições normais de operação e verificados conforme metodologia definida no IMR;

c) Tempo máximo de resposta ao chamado de 30 (trinta) minutos para incidentes de severidade crítica — indisponibilidade total do enlace — e de 1 (uma) hora para incidentes de severidade alta — degradação severa —, contados a partir da abertura formal do chamado nos canais oficiais de comunicação da contratada, conforme tabela de severidade definida no IMR;

d) Tempo máximo de solução de 4 (quatro) horas para incidentes de severidade crítica e de 8 (oito) horas para incidentes de severidade alta, correspondendo ao Tempo Máximo para Restabelecimento do Serviço — MTTR —, conforme detalhado no IMR;

e) Capacidade de failover automático entre enlaces em prazo máximo de 60 (sessenta) segundos após a detecção de falha, assegurando a continuidade do tráfego institucional sem intervenção manual da Administração;

f) Estabilidade das sessões de roteamento BGP, com tempo máximo de reconvergência de rotas de 30 (trinta) segundos após evento de falha ou manutenção programada, de modo a minimizar o impacto sobre os sistemas e aplicações institucionais.

Parágrafo único. Os parâmetros definidos nesta seção constituem requisitos mínimos obrigatórios de desempenho e qualidade. Os licitantes poderão oferecer especificações superiores, desde que atendam integralmente aos mínimos estabelecidos. Os parâmetros das alíneas b, e e f admitem equivalência técnica, desde que demonstrado pelo licitante, na proposta técnica, que a solução ofertada atinge resultado operacional equivalente ou superior ao aqui especificado. Os parâmetros das alíneas a, c e d são inegociáveis e não admitem equivalência.

- **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.1.1. uso eficiente de recursos, priorizando monitoramento remoto e suporte à distância, reduzindo deslocamentos desnecessários;
- 4.1.2. racionalização do consumo energético, mediante utilização de infraestrutura e tecnologias eficientes, quando aplicável;
- 4.1.3. reutilização da infraestrutura existente, evitando substituições desnecessárias de equipamentos;
- 4.1.4. observância à legislação ambiental, trabalhista, de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, quando aplicável.

• **Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

4.2. Na presente contratação **não será indicada marca, fabricante ou modelo específico** de bens, equipamentos ou soluções tecnológicas necessários à execução do objeto.

• **Subcontratação**

4.3. É vedada a subcontratação integral do objeto contratual.

- 4.3.1. É admitida a subcontratação parcial, limitada à utilização de infraestrutura de rede e serviços de telecomunicações providos por prestadora devidamente autorizada pela ANATEL, mediante contrato, acordo comercial ou instrumento equivalente, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021. Essa hipótese abrange exclusivamente a contratação de insumo de infraestrutura subjacente ao enlace, sendo vedada a transferência da gestão técnica e operacional do serviço a terceiro.
- 4.3.2. A subcontratação parcial admitida no item anterior não exime a contratada de qualquer responsabilidade contratual perante a Administração. A contratada responderá integralmente pela execução do objeto, pelos níveis de serviço pactuados e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, independentemente de eventuais falhas da subcontratada.
- 4.3.3. A contratada que utilize subcontratada para fornecimento de infraestrutura de rede deverá: manter válidos, durante toda a vigência contratual, os instrumentos que comprovem o vínculo com a subcontratada autorizada pela ANATEL, apresentando-os à Administração sempre que solicitado pelo Fiscal Técnico designado; comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato qualquer alteração no vínculo com a subcontratada que possa impactar a continuidade ou a qualidade do serviço, com antecedência mínima de 30 dias quando a alteração for previsível; e assegurar que a subcontratada possua, durante toda a vigência contratual, autorização regular da ANATEL compatível com a natureza dos serviços de infraestrutura utilizados.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

• **Garantia da contratação**

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5 % (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.4.1. A exigência de garantia contratual se fundamenta na necessidade de mitigação dos riscos inerentes à presente contratação, especialmente em razão da criticidade do serviço de conectividade dedicada à internet para o funcionamento da Administração Pública.

4.4.2. Principais riscos associados à contratação:

- a) indisponibilidade prolongada dos enlaces de internet;
- b) falhas na implantação e ativação dos circuitos;
- c) descumprimento de níveis mínimos de serviço (SLA);
- d) interrupção ou degradação da comunicação de dados da Administração;
- e) eventual inexecução contratual ou descontinuidade do serviço

4.4.3. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

4.4.4. No caso de seguro-garantia, sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

• **Vistoria**

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09 horas às 12 horas.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

• **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) Implantação inicial dos enlaces, incluindo:

- a1) disponibilização física e lógica dos circuitos;
- a2) integração com a infraestrutura de rede existente da Administração;
- a3) realização de testes de conectividade, desempenho e disponibilidade;
- a4) validação técnica para início da operação.

b) Operação contínua do serviço, incluindo:

- b1) fornecimento permanente de conectividade dedicada à internet, com banda garantida;
- b2) funcionamento da arquitetura com múltiplos enlaces independentes;
- b3) suporte ao roteamento dinâmico, conforme requisitos definidos neste Termo de Referência;
- b4) manutenção da estabilidade e do desempenho da conexão.

c) Monitoramento e suporte técnico, incluindo:

- c1) monitoramento contínuo da disponibilidade e desempenho dos enlaces;
- c2) identificação proativa de falhas, degradações ou indisponibilidades;
- c3) atendimento a incidentes, conforme níveis de severidade e prazos definidos;



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

c4) atuação corretiva e preventiva durante toda a vigência contratual.

d) Manutenção e ajustes operacionais, incluindo:

d1) manutenção corretiva e preventiva necessária à plena execução do serviço;

d2) ajustes técnicos e reconfigurações, quando demandados para preservação da qualidade e continuidade do serviço.

As atividades de operação, monitoramento e suporte ocorrerão de forma **contínua**, durante **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, considerando a natureza crítica do serviço.

5.1.3. Local e horário da prestação de serviço: Os serviços serão prestados de forma **predominantemente remota**, por meio da infraestrutura de telecomunicações da contratada, com ponto de interconexão nas dependências da Administração Pública Municipal.

5.1.3.1. Quando necessária a atuação presencial, esta ocorrerá em **horário comercial**, de **segunda a sexta-feira**, salvo situações excepcionais ou emergenciais que demandem atendimento fora desse período, devidamente justificadas.

5.1.4. Cronograma de realização dos serviços:

Descrição	Prazo
Assinatura do contrato	Marco inicial
Implantação e ativação dos enlaces	Até 30 dias após a assinatura
Testes e validação técnica	Após a implantação
Início da operação contínua	Após validação
Operação, monitoramento e suporte	Durante toda a vigência contratual





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.1.4.1 - Considerando que os contratos vigentes de conectividade à internet encerram-se em 10 de agosto de 2026, deverá ser assegurada a operação simultânea entre os contratos vigentes e os novos enlaces durante a fase de implantação e validação técnica, de modo a garantir a continuidade do serviço público essencial sem lacuna contratual ou interrupção da conectividade institucional. A desmobilização dos contratos vigentes somente será iniciada após a emissão do termo de aceite técnico de todos os enlaces da nova contratação.

5.1.5. Critérios mínimos de aceite técnico para início da medição contratual:

O início da medição contratual e do pagamento de cada enlace ficará condicionado à validação técnica formal pelo Fiscal Técnico designado, que compreenderá os seguintes critérios:

- a) confirmação do estabelecimento das sessões BGP entre a Administração e a operadora contratada, com propagação correta das rotas IP públicas do Município;
- b) verificação da disponibilidade do enlace pelo período mínimo de 48 (quarenta e oito) horas em operação estável, sem ocorrências de indisponibilidade ou degradação relevante;
- c) confirmação da integração com a infraestrutura de roteamento da Administração, incluindo balanceamento de tráfego e funcionamento do failover automático; e
- d) emissão de termo de aceite técnico pelo Fiscal Técnico, registrado nos autos do processo administrativo, autorizando o início da contagem do período de medição e do faturamento do enlace correspondente.

5.1.6. Desmobilização da solução atual:

A desmobilização dos contratos vigentes de conectividade somente será iniciada após a emissão do termo de aceite técnico de todos os enlaces da nova contratação, nos termos do item 5.1.5. A desmobilização compreenderá: a desativação ordenada das sessões BGP estabelecidas com as operadoras dos contratos anteriores; a verificação da continuidade do tráfego institucional pelos novos enlaces antes do encerramento de cada enlace anterior; e a formalização do encerramento contratual pela equipe administrativa, com registro nos autos do processo. É vedada a desmobilização parcial ou total dos contratos anteriores antes da validação técnica completa de todos os novos enlaces, salvo em caso de encerramento natural do prazo contratual, hipótese em que a Administração adotará as providências necessárias à garantia da continuidade do serviço público essencial.

- **Local da Prestação dos Serviços**





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.2. Os serviços serão prestados com ponto de entrega e interconexão principal na sede da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, localizada na Praça Getúlio Vargas, nº 280, Centro, Foz do Iguaçu/PR, onde está instalada a infraestrutura de roteamento da Administração — roteadores BGP, firewalls e demais equipamentos de borda.

5.2.1. A indicação de outros endereços da Administração Municipal como pontos adicionais de interconexão somente poderá ocorrer mediante solicitação formal do Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e estará condicionada à análise prévia de viabilidade técnica e de impacto sobre os custos, prazos e escopo da contratação. Caso a indicação de novo endereço implique custos adicionais de implantação ou alteração das condições técnicas originalmente contratadas, o acréscimo deverá ser formalizado mediante termo aditivo, nos termos da legislação vigente. A contratada não será obrigada a aceitar condições de execução substancialmente mais onerosas do que as originalmente previstas sem a correspondente adequação contratual.

• **Materiais a serem disponibilizados**

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, quando necessário, os materiais, equipamentos, ferramentas e recursos técnicos indispensáveis à implantação, operação, manutenção e suporte da solução de conectividade dedicada à internet, sem ônus adicional para a Administração, observadas as especificações deste Termo de Referência. De forma exemplificativa e não exaustiva, poderão ser disponibilizados pela Contratada, quando aplicável:

5.3.1. meios físicos de interconexão, tais como cabos, fibras ópticas, conectores e demais componentes necessários à ativação e manutenção dos enlaces contratados;

5.3.2. equipamentos e dispositivos auxiliares, eventualmente necessários à entrega do serviço até o ponto de interconexão definido pela Administração, quando não houver infraestrutura previamente disponível;

5.3.3. ferramentas, instrumentos e recursos técnicos necessários à instalação, testes, monitoramento, manutenção corretiva e preventiva dos enlaces;

5.3.4. recursos tecnológicos de monitoramento e gestão, utilizados para acompanhamento da disponibilidade, desempenho e qualidade do serviço, conforme os níveis de serviço estabelecidos.

5.3.5. Na hipótese de a execução dos serviços demandar instalação física, lançamento de cabos, utilização de postes, racks, equipamentos de borda ou substituição de componentes, a Contratada deverá: obter todas as autorizações necessárias junto aos órgãos competentes, incluindo concessionárias de infraestrutura e órgãos municipais e





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

estaduais de licenciamento, quando aplicável, sem ônus adicional para a Administração; utilizar preferencialmente a infraestrutura existente da Administração, evitando intervenções físicas desnecessárias; e assegurar a destinação ambientalmente adequada de eventuais resíduos, cabos, equipamentos ou componentes substituídos durante a execução contratual, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as práticas de logística reversa aplicáveis, não sendo admitido o abandono de materiais nas dependências da Administração ou em logradouros públicos.

• **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- a) a contratação refere-se à prestação de serviços continuados de conectividade dedicada à internet, classificados como serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), essenciais ao funcionamento das atividades administrativas e finalísticas do Município;
- b) a solução adotada baseia-se em arquitetura com três (3) enlaces de conectividade independentes, contratados de forma parcelada por enlace, com a finalidade de garantir alta disponibilidade, resiliência operacional e mitigação de riscos de indisponibilidade;
- c) os enlaces deverão ser tecnicamente independentes, providos por operadoras distintas, de modo a evitar domínios únicos de falha;
- d) a Administração possui Sistema Autônomo (AS) próprio e endereçamento IP público válido, sendo necessário que a solução ofertada seja compatível com operação de roteamento dinâmico, notadamente por meio de BGP ou tecnologia funcionalmente equivalente;
- e) a conectividade suportará sistemas administrativos, serviços digitais ao cidadão, aplicações corporativas e serviços em nuvem, exigindo estabilidade, baixa latência e alta confiabilidade;
- f) o serviço deverá operar de forma contínua, com monitoramento e suporte técnico durante toda a vigência contratual, considerando a criticidade do objeto;
- g) a prestação do serviço ocorrerá de forma predominantemente remota, com ponto de entrega e interconexão nas dependências da Administração, conforme indicado neste Termo de Referência;
- h) a infraestrutura de rede de borda (roteadores e firewalls) já se encontra disponível na Administração, não sendo objeto da presente contratação o fornecimento ou substituição desses equipamentos;
- i) eventuais atividades presenciais para implantação, manutenção ou suporte deverão ser





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



consideradas no dimensionamento da proposta, sem prejuízo da continuidade do serviço.

5.4.1 Considerando os requisitos técnicos, especialmente aqueles relacionados à mitigação de domínios únicos de falha, à resiliência operacional e à continuidade do serviço público essencial, **fica vedada a adjudicação de mais de um item do presente certame ao mesmo licitante.**

5.4.2 Para fins de julgamento, a adjudicação dos itens deverá ocorrer de forma sequencial, de modo que, uma vez adjudicado determinado item a um licitante, este não poderá ser adjudicatário dos itens subsequentes, devendo ser convocado o próximo licitante classificado, desde que atendidas todas as exigências do edital e mantida a vantajosidade para a Administração.

- **Especificação da garantia do serviço (art. 40, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como nas disposições específicas deste Termo de Referência e do contrato.

- **Da Logística Reversa**

5.6. Nos termos do Decreto Municipal aplicável e da legislação ambiental vigente, não se aplica a exigência de logística reversa à presente contratação.

- **Do Instrumento de Medição de Resultados (IMR)/SLA**

A execução do contrato será avaliada, no mínimo, com base nos indicadores do anexo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.

6.10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.14.1. avaliação mensal do IMR, com apuração objetiva dos indicadores de desempenho e dos níveis de serviço (SLA), por enlace;

6.14.2. verificação mensal da disponibilidade mínima exigida (99,8%), com aplicação de glosas quando cabível;

6.14.3. análise dos relatórios técnicos apresentados pela contratada, confrontando-os com os dados de monitoramento da Administração;

6.14.4. registro formal de ocorrências e incidentes, com histórico de falhas, tempos de resposta e de solução;

6.14.5. validação do faturamento mensal, condicionada ao cumprimento dos níveis de serviço e à ausência de pendências técnicas ou administrativas;

6.14.6. reuniões periódicas de acompanhamento, sempre que necessário, para alinhamento técnico-operacional e mitigação de riscos;

6.14.7. acompanhamento da transição contratual, quando aplicável, de modo a evitar descontinuidade do serviço.

• **Das Sanções**

6.15. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e às demais cominações estabelecidas no Decreto Municipal nº 32.398/2024, resguardado o direito à ampla defesa.

6.16. Em caso de atraso injustificado no cumprimento de obrigações contratuais, será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal do enlace afetado, por dia de atraso, limitada a 30 (trinta) dias, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.17. Decorrido o prazo de **30 (trinta) dias de mora**, sem que a obrigação tenha sido regularmente cumprida, o contrato poderá ser considerado **inexecutado**, total ou parcialmente, conforme o caso, sujeitando a contratada à **multa compensatória no importe**





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

de 20% (vinte por cento) do valor correspondente à parcela inadimplida do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e das demais penalidades previstas em lei.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)/SLA, conforme previsto no anexo.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada;

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. As glosas incidirão **exclusivamente sobre o valor mensal do enlace afetado**, não alcançando os demais enlaces em operação regular;

7.3.2. As glosas poderão ser **aplicadas cumulativamente** com outras penalidades previstas no contrato, em caso de reincidência ou descumprimento reiterado dos níveis de serviço;

7.3.3. Indisponibilidades decorrentes de **paradas programadas previamente autorizadas** pela Administração não serão computadas para fins de apuração do SLA;

7.3.4. Eventos de força maior ou caso fortuito somente serão considerados excludentes mediante **comprovação técnica inequívoca**, aceita pela Administração;

7.3.5. O atingimento de disponibilidade inferior a 98,0% em um mesmo mês poderá caracterizar falha grave na execução contratual, ensejando, além da glosa máxima, a aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

- **Do Recebimento**





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.4. O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de prestação de serviços:

- a) **provisoriamente**, pelo fiscal, mediante termo detalhado, no prazo de 5 (cinco) dias quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previamente definidas no contrato;
- b) **definitivamente**, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado no prazo de 5 (cinco) dias que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.5. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato

7.6. No termo detalhado deverá constar no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços; quem realizou a verificação; descrição do serviço prestado e do enlace correspondente; número do termo do contrato e/ou da nota de empenho; prazo de execução e prazo de vigência do contrato.

7.7. Sempre que aplicável, o termo detalhado deverá ser acompanhado dos relatórios técnicos de desempenho e disponibilidade do período, registros de chamados e demais documentos comprobatórios da execução do serviço, em substituição a fotografias ou documentação própria de bens materiais.

7.8. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada um.

7.9. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.10. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

7.11. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes técnicos de conectividade, desempenho e disponibilidade e à verificação do cumprimento dos critérios mínimos de aceite definidos no item 5.1.5 deste Termo de Referência.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17.1. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



7.17.3. Emitir-se-á Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar-se-á à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

• **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Municipal.

7.22. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.23.1. o prazo de validade;
- 7.23.2. a data da emissão;
- 7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.23.5. o valor a pagar; e
- 7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

● **Prazo de Pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da legislação municipal.

7.32. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica em que a despesa originalmente estava inscrita.

7.33. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

7.34. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso.

• **Forma de Pagamento**

7.35. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.36. Será considerado data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

• **Antecipação de Pagamento**

7.39. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento parcial ou total.

• **Do Critério de Reajuste/Repactuação**

7.40. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato ou da ata de registro de preços, formalizado mediante apostila pela Gerência de Apoio a Licitações do Departamento de Compras e Licitações.

7.41. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando a data do Relatório de Pesquisa de Preço datada de 15/05/2026.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



7.42. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

• Qualificação Técnica

8.1. Não será exigido **registro ou inscrição da empresa em conselho profissional**

8.2. As exigências de qualificação técnica previstas neste item fundamentam-se na natureza contínua e na criticidade do objeto, que envolve a prestação de serviços de conectividade dedicada à internet, essenciais ao funcionamento da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação da Administração.

8.3. Considerando os riscos associados à indisponibilidade do serviço, falhas de implantação, degradação de desempenho e impactos na continuidade dos serviços públicos, mostra-se necessária a comprovação de capacidade técnico-operacional compatível com a complexidade da solução.

8.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os atestados deverão demonstrar que o licitante possui experiência mínima acumulada de 12 (doze) meses na prestação de serviços de conectividade dedicada à internet ou serviços de TIC equivalentes, nos termos do art. 67, §5º, da Lei nº 14.133/2021, considerados de forma contínua ou não, admitido o somatório de períodos e de diferentes contratos, inclusive executados de forma concomitante. Os atestados deverão comprovar, no mínimo, a execução satisfatória de serviços com as seguintes características:

8.4.1.1. prestação de **serviços de conectividade dedicada à internet**, por meio de enlace(s) de dados;

8.4.1.2. fornecimento de serviços com **disponibilidade e continuidade compatíveis com ambientes corporativos ou institucionais críticos**;

8.4.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

8.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5. Será exigida a comprovação de atendimento às normas e regulamentações aplicáveis à prestação de serviços de telecomunicações, especialmente aquelas emanadas da **Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL**, quando aplicável, nos termos do art. 67, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5.1. Para fins de atendimento a este requisito, o licitante deverá comprovar que:

- a) atua em conformidade com a legislação setorial de telecomunicações vigente;
- b) detém autorização própria da ANATEL para prestação de serviços de telecomunicações, ou, quando não detiver autorização própria, utiliza, na execução do objeto, infraestrutura e serviços providos por prestadora devidamente autorizada pela ANATEL;
- c) observará integralmente as normas técnicas, regulatórias e de qualidade aplicáveis à prestação de serviços de conectividade dedicada à internet;
- d) manterá válidas, durante toda a execução contratual, as autorizações, outorgas ou contratos com prestadoras autorizadas pela ANATEL necessários à prestação regular do serviço.

8.5.2. A comprovação poderá ser realizada mediante:

- I – ato de outorga, autorização ou licença expedida pela ANATEL (ex.: autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM), quando o licitante for prestador autorizado;
- II – contrato, acordo comercial ou instrumento equivalente que comprove vínculo com prestadora de serviços de telecomunicações regularmente autorizada pela ANATEL, quando o licitante não detiver autorização própria; e
- III – declaração formal do licitante, subscrita por seu representante legal, quanto ao atendimento à legislação setorial aplicável, como complemento à documentação apresentada.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



8.6. As exigências relacionadas à conformidade regulatória junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL fundamentam-se na necessidade de assegurar a prestação regular e legal do serviço de conectividade dedicada à internet, considerando tratar-se de atividade sujeita à regulação setorial específica.

8.7 – Margem de Preferência

A presente contratação não contempla a aplicação de margem de preferência local ou regional, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 32.398/2024, pelas razões objetivas a seguir expostas.

O serviço objeto desta contratação — conectividade dedicada à internet, com arquitetura baseada em múltiplos enlaces independentes, operação em protocolo BGP e suporte a Sistema Autônomo próprio da Administração — é prestado exclusivamente por operadoras de telecomunicações com outorga expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, as quais, pela natureza da atividade regulada, possuem abrangência nacional ou estadual. A estrutura do mercado relevante não é caracterizada pela predominância de fornecedores de atuação estritamente local ou regional, o que afasta a premissa fática que justificaria a aplicação da preferência geográfica.

A exigência de regularidade setorial — outorga da ANATEL ou vínculo formal com prestadora autorizada — impõe barreira técnica e regulatória que, na prática, exclui fornecedores de pequeno porte sem infraestrutura técnica adequada para a prestação do serviço nas condições especificadas, independentemente de sua localização geográfica. A aplicação da margem de preferência não alteraria esse cenário, pois o critério limitador é regulatório e técnico, não geográfico.

A capacidade técnica especializada exigida para a operação do objeto — implantação e operação de enlaces BGP com disponibilidade mínima de 99,8%, mecanismos de mitigação de ataques DDoS e suporte técnico especializado 24 horas — é incompatível com o favorecimento de fornecedores por critério exclusivamente territorial, dado que a aptidão para prestar o serviço não guarda relação com a sede ou localização geográfica do licitante.

A modelagem adotada — parcelamento por enlace com vedação de adjudicação múltipla ao mesmo licitante — já promove, de forma estrutural, a diversidade de fornecedores e a competitividade entre operadoras distintas, que são os objetivos centrais visados pelo instituto da margem de preferência. A aplicação cumulativa da preferência geográfica seria, portanto, redundante e potencialmente restritiva à competitividade do certame.

Inexiste, ademais, ato normativo federal vigente que estabeleça margem de preferência aplicável a serviços de conectividade à internet, pressuposto formal exigido pelo art. 26 da Lei



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

nº 14.133/2021 para que a medida possa ser adotada.

Diante do exposto, conclui-se pela não aplicação de margem de preferência local ou regional à presente contratação, com fundamento nas características concretas do objeto, da estrutura de mercado, da regularidade setorial exigida, da capacidade técnica demandada e da modelagem adotada.

8.8 – Tratamento Favorecido para ME/EPP

8.8.1 - Considerando a natureza do objeto, que envolve a prestação de serviços de conectividade dedicada à internet com requisitos técnicos e operacionais específicos, não será aplicada a exclusividade, reserva de cota ou subcontratação obrigatória, por não se mostrarem adequadas à presente contratação.

8.8.2 - Ressalta-se que não há restrição à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, desde que atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.9 – Estratégia de contratação e critério de julgamento

8.9.1. A presente contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando o enquadramento do objeto como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência.

8.9.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, observando-se a adjudicação individualizada dos itens, em conformidade com o parcelamento da solução definido neste instrumento.

8.9.3. O modo de disputa adotado será o aberto, nos termos do art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021, no qual os licitantes apresentarão suas propostas e, em seguida, poderão oferecer lances sucessivos decrescentes, assegurando a maior competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.10 - Regra de adjudicação por item e vedação de concentração

8.10.1 - Considerando os requisitos técnicos da contratação, especialmente aqueles relacionados à mitigação de domínios únicos de falha, à resiliência operacional e à necessidade de utilização de enlaces providos por operadoras distintas, fica vedada a adjudicação de mais de um item ao mesmo licitante.

8.10.2. Para fins de julgamento, os itens serão adjudicados de forma sequencial, observada a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ordem de classificação, de modo que:

- a) o licitante vencedor de determinado item ficará automaticamente impedido de ser adjudicatário dos itens subsequentes;
- b) para os itens seguintes, será convocado o próximo licitante classificado, desde que atendidas todas as exigências de habilitação e mantida a vantajosidade da proposta;
- c) caso o licitante já tenha sido declarado vencedor de item anterior, sua proposta será desconsiderada para os demais itens, procedendo-se à análise do próximo classificado.

8.10.3. A presente regra decorre da necessidade de assegurar a independência entre os enlaces contratados, conforme definido nos requisitos técnicos deste Termo de Referência, não configurando restrição indevida à competitividade, mas medida necessária à adequada execução do objeto.

8.10.4. Na hipótese de item fracassado ou deserto após o esgotamento dos licitantes classificados, admite-se, em caráter excepcional, a convocação de licitante já adjudicatário de item anterior, desde que este apresente, previamente à adjudicação, projeto técnico demonstrando a independência da infraestrutura física a ser utilizada no enlace remanescente em relação ao enlace já adjudicado, com indicação de rotas, backbones, pontos de presença e equipamentos de borda distintos, submetido à aprovação do gestor técnico designado pela Administração.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 240.233,40 (duzentos e quarenta mil, e duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos), para um contrato de 12 meses, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e serão atendidas pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

- a) 19.003.04.126.0170.2059.3.3.90.40.1.505





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXO

- IMR -SLA

Foz do Iguaçu-PR.

Datado e assinado digitalmente

Elaborado por:

Gregory Antonio Campaner Pereira

Agente Administrativo Júnior

Norma Beatriz Ortellado

Telefonista Sênior

Pedro Thiago de Souza Guimarães

Agente Administrativo Júnior

Revisado por:

Renato Vieira Gomes

Diretor de Telecomunicações e Infraestrutura

Sandro Ricardo Araujo da Silva

Diretor de Ciência de Dados e IA

Aprovado por:

Luiz Ninoff Teixeira

Secretário Municipal de Tecnologia, Inovação e Modernização Digital



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I — INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR) E NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA)

1. OBJETIVO E FUNDAMENTO LEGAL

O presente Instrumento de Medição de Resultados tem por objetivo estabelecer os indicadores, os critérios de medição, as metas, os parâmetros de aferição, as bases de cálculo, as glosas e as regras de governança aplicáveis à contratação de serviços continuados de conectividade dedicada à internet, em conformidade com o art. 312 do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e com o Termo de Referência o qual este Anexo integra.

A adoção do IMR fundamenta-se na necessidade de assegurar que o pagamento à contratada corresponda efetivamente ao resultado entregue, vinculando a remuneração ao cumprimento de indicadores objetivos de desempenho, qualidade e disponibilidade do serviço, em observância ao princípio da eficiência e ao interesse público na adequada prestação dos serviços digitais do Município.

2. ABRANGÊNCIA E PERIODICIDADE

As medições serão realizadas mensalmente e por enlace, considerando a arquitetura contratada com três enlaces independentes. Cada enlace constitui unidade autônoma de medição e de faturamento, de modo que as glosas incidirão exclusivamente sobre o valor mensal do enlace afetado pelo descumprimento, preservando a proporcionalidade exigida pelo art. 312, § 2º, IV, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e afastando a possibilidade de glosa global por falha isolada em enlace específico.

3. INDICADORES DO IMR

Os indicadores foram definidos com base nos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos no Termo de Referência, na criticidade do objeto para a Administração Pública e no histórico operacional dos contratos vigentes de conectividade. Cada indicador possui pertinência direta com o resultado pretendido pela contratação, parâmetros objetivos de aferição e consequência financeira proporcional ao grau de descumprimento.

3.1 Disponibilidade por enlace

Pertinência: a disponibilidade é o indicador central da contratação, pois a conectividade dedicada à internet constitui infraestrutura essencial ao funcionamento dos sistemas corporativos, serviços digitais ao cidadão e comunicação institucional do Município. A indisponibilidade de um enlace impacta diretamente a resiliência da arquitetura e pode comprometer a continuidade do serviço em cenários de falha simultânea.

5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Meta: disponibilidade mínima de 99,8% ao mês por enlace.

Metodologia de cálculo:

Disponibilidade (%) = [(Minutos totais do mês — Minutos de indisponibilidade) / Minutos totais do mês] x 100

Para fins de cálculo, o mês será considerado com o número exato de dias do período de medição, conforme a seguinte tabela de referência: mês de 28 dias = 40.320 minutos; mês de 29 dias = 41.760 minutos; mês de 30 dias = 43.200 minutos; mês de 31 dias = 44.640 minutos. A indisponibilidade máxima tolerável de 0,2% corresponde a: 80,64 minutos em mês de 28 dias; 83,52 minutos em mês de 29 dias; 86,40 minutos em mês de 30 dias; e 89,28 minutos em mês de 31 dias.

Marco inicial da indisponibilidade: o momento de abertura formal do chamado junto à contratada nos canais oficiais de comunicação, ou o momento de detecção pelo sistema de monitoramento da Administração — Zabbix ou equivalente —, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

Marco final da indisponibilidade: o momento de confirmação formal do restabelecimento do serviço pelo Fiscal Técnico designado, após verificação objetiva da normalização do tráfego e das sessões BGP.

Procedimento de registro: toda indisponibilidade deverá ser registrada no sistema de chamados da Administração com indicação do marco inicial, do marco final, da causa raiz e do tempo total de interrupção. Em caso de divergência entre o registro da Administração e o da contratada, prevalecerá o registro da Administração, salvo demonstração inequívoca de erro por parte da contratada, submetida à aprovação do Fiscal Técnico.

Forma de arredondamento: os valores de disponibilidade serão calculados com duas casas decimais, sem arredondamento para cima.

Fonte de verificação: sistema de monitoramento da Administração — Zabbix ou equivalente —, registros de chamados e relatórios técnicos da contratada, todos com evidências auditáveis.

Efeito: glosa conforme tabela do item 5.1.

3.2 Desempenho da conexão

Pertinência: o desempenho técnico da conexão — latência, jitter e perda de pacotes — impacta diretamente a qualidade dos sistemas administrativos, plataformas de serviços digitais ao cidadão e aplicações sensíveis ao atraso, como videoconferência, VoIP e sistemas de gestão pública em nuvem.

Parâmetros mínimos obrigatórios por enlace: latência máxima de ida e volta — RTT — de 20



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ms entre o ponto de interconexão da Administração e o ponto de presença da operadora; jitter máximo de 5 ms; taxa de perda de pacotes máxima de 0,1%.

Critérios de enquadramento: desvio pontual — ocorrência isolada de superação de qualquer parâmetro em até duas medições no mesmo mês; degradação recorrente — três ou mais ocorrências de superação de qualquer parâmetro no mesmo mês; impacto a sistemas críticos — qualquer ocorrência de superação de parâmetros que resulte em indisponibilidade ou degradação documentada de sistema corporativo crítico da Administração, independentemente do número de ocorrências.

Fonte de verificação: relatórios de monitoramento da Administração e da contratada, com evidências auditáveis — logs, capturas de tráfego ou equivalentes.

Efeito: glosa conforme tabela do item 5.3.

3.3 Proteção contra ataques DDoS

Pertinência: a mitigação de ataques de negação de serviço distribuída constitui requisito de segurança indispensável para a proteção da infraestrutura institucional, considerando a criticidade dos sistemas suportados pela conectividade e a crescente exposição a ameaças cibernéticas.

Critérios de enquadramento: mitigação realizada dentro do prazo e sem impacto relevante — sem penalidade; mitigação iniciada fora do prazo ou com impacto pontual — advertência; falha na mitigação com impacto mensurável na disponibilidade — entendido como qualquer redução de disponibilidade decorrente diretamente do ataque não mitigado, documentada pelo sistema de monitoramento — glosa de 5%; reincidência de falha no mesmo período de medição — glosa de 10%; falha grave com indisponibilidade superior a 30 minutos decorrente de ataque não mitigado — glosa de 15%.

Fonte de verificação: relatórios de eventos de segurança, logs de mitigação e registros de chamados, com indicação do momento de início do ataque, do momento de início da mitigação, do impacto registrado e do momento de normalização.

Efeito: advertência ou glosa conforme critérios acima.

3.4 Atendimento a incidentes

Pertinência: os prazos de resposta e solução a incidentes determinam o tempo de exposição da Administração ao risco operacional decorrente de falhas de conectividade. A classificação por severidade assegura que os incidentes mais críticos recebam tratamento prioritário.

Metodologia de registro e classificação de chamados:

a) Registro: todo incidente deverá ser registrado no sistema de chamados nos canais oficiais de comunicação da contratada, com indicação do enlace afetado, da descrição do problema,





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

do momento de abertura e do responsável pela abertura. Incidentes detectados pelo sistema de monitoramento da Administração antes da abertura formal do chamado terão seu marco inicial contado a partir da detecção, conforme item 3.1.

b) Classificação por severidade:

Severidade	Situação	Prazo de Resposta	Prazo de Solução — MTTR
Crítica	Indisponibilidade total do enlace	Até 30 minutos	Até 4 horas
Alta	Degradação severa — disponibilidade inferior a 90%	Até 1 hora	Até 8 horas
Média	Instabilidade parcial — disponibilidade entre 90% e 99,8%	Até 4 horas	Até 24 horas
Baixa	Demandas operacionais sem impacto imediato na disponibilidade	Até 8 horas	Até 48 horas

c) Prazo de resposta: tempo entre a abertura formal do chamado e o primeiro contato da contratada com diagnóstico inicial ou informação sobre o andamento do atendimento.

d) Prazo de solução — MTTR: tempo entre a abertura formal do chamado e a confirmação do restabelecimento do serviço pelo Fiscal Técnico, conforme item 3.1.

e) Suspensão do prazo: o prazo de solução será suspenso nos seguintes casos, desde que devidamente documentados: aguardo de autorização da Administração para intervenção física nas instalações; necessidade de acesso a dependências da Administração fora do horário comercial, mediante solicitação formal da contratada; e caso fortuito ou força maior, conforme item 9 deste IMR.

f) Encerramento e validação: o chamado somente será encerrado após confirmação formal do Fiscal Técnico de que o serviço foi restabelecido dentro dos parâmetros definidos neste IMR. A contratada não poderá encerrar chamados unilateralmente sem a validação da Administração.

Efeito: glosa conforme tabela do item 5.2.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.5 Estabilidade operacional

Pertinência: quedas recorrentes e instabilidades intermitentes, mesmo que individualmente dentro do limite de disponibilidade, impactam a qualidade da experiência dos usuários e a confiabilidade da infraestrutura de conectividade institucional.

Crerios de enquadramento: instabilidade pontual — até duas quedas ou interrupções de curta duração — inferior a 5 minutos cada — no mesmo mês; quedas recorrentes — três ou mais quedas de curta duração no mesmo mês; instabilidade grave — qualquer queda ou sequência de instabilidades que resulte em impacto documentado em sistema corporativo crítico da Administração.

Fonte de verificação: logs do sistema de monitoramento e registros de chamados.

Efeito: glosa conforme tabela do item 5.4.

3.6 Relatórios e comunicação

Pertinência: a entrega tempestiva de relatórios mensais e a comunicação imediata de incidentes críticos são condições necessárias para o exercício adequado da fiscalização contratual e para a tomada de decisão tempestiva pela Administração em situações de crise.

Obrigações: entrega de relatório mensal de desempenho por enlace até o 5º dia útil do mês subsequente ao período de medição, com indicação dos indicadores de disponibilidade, desempenho, incidentes e mitigação DDoS; e comunicação imediata — em até 15 minutos — de qualquer incidente de severidade crítica nos canais oficiais designados pela Administração.

Fonte de verificação: protocolo de entrega dos relatórios e registros de comunicação nos canais oficiais.

Efeito: condição para faturamento e glosa conforme tabela do item 5.5.

4. BASE DE CÁLCULO DAS GLOSAS

As glosas incidirão exclusivamente sobre o valor mensal do enlace afetado pelo descumprimento, conforme o item 2 deste IMR. Para fins de cálculo:

Valor mensal do enlace afetado = valor contratual mensal do item correspondente ao enlace em que ocorreu o descumprimento, conforme tabela do item 1.2 do Termo de Referência.

O valor da glosa será calculado aplicando-se o percentual correspondente sobre o valor mensal do enlace afetado, e não sobre o valor global da contratação ou sobre o conjunto dos três enlaces, salvo na hipótese de indisponibilidade simultânea de mais de um enlace, caso em que a glosa incidirá sobre o valor mensal de cada enlace afetado de forma independente.

5. TABELA DE GLOSAS





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.1 Disponibilidade

Disponibilidade Mensal	Indisponibilidade	Desconto sobre o valor mensal do enlace afetado
$\geq 99,8\%$	Até o limite tolerável	0%
$\geq 99,5\%$ e $< 99,8\%$	Acima do limite até 3h36min	5%
$\geq 99,0\%$ e $< 99,5\%$	De 3h36min a 7h12min	10%
$\geq 98,0\%$ e $< 99,0\%$	De 7h12min a 14h24min	20%
$< 98,0\%$	Acima de 14h24min	30%

Os tempos de indisponibilidade indicados na tabela acima correspondem a mês de 30 dias. Para meses com número diferente de dias, os limites serão calculados proporcionalmente conforme a fórmula do item 3.1.

5.2 Atendimento a incidentes

Ocorrência	Desconto sobre o valor mensal do enlace afetado
Atraso no prazo de resposta — 1 ocorrência	2%
Atraso no prazo de solução — 1 ocorrência	5%
Reincidência no mês — mesma severidade	10%





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Incidente crítico fora do prazo de solução	15%
--	-----

5.3 Desempenho da conexão

Ocorrência	Desconto sobre o valor mensal do enlace afetado
Desvio pontual de latência, jitter ou perda de pacotes	2%
Degradação recorrente no mês	5%
Impacto documentado a sistema corporativo crítico	10%

5.4 Estabilidade operacional

Ocorrência	Desconto sobre o valor mensal do enlace afetado
Instabilidade pontual	2%
Quedas recorrentes	5%
Instabilidade grave com impacto documentado	10%

5.5 Relatórios e comunicação



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ocorrência	Desconto sobre o valor mensal do enlace afetado
Atraso na entrega do relatório mensal ou inconsistência relevante	2%
Não apresentação do relatório no mês	5%

5.6 DDoS

Ocorrência	Efeito
Mitigação realizada dentro do prazo e sem impacto relevante	Sem penalidade
Mitigação iniciada fora do prazo ou com impacto pontual	Advertência
Falha na mitigação com impacto mensurável na disponibilidade	Glosa de 5%
Reincidência de falha no mesmo período de medição	Glosa de 10%
Falha grave com indisponibilidade superior a 30 minutos	Glosa de 15%

6. REGRAS GERAIS DE CUMULAÇÃO E PROPORCIONALIDADE

- a) As glosas incidirão exclusivamente sobre o valor mensal do enlace afetado, conforme item 4.
- b) Para o mesmo fato gerador — entendido como a mesma ocorrência técnica que originou o descumprimento — aplicar-se-á apenas o maior percentual de desconto entre os indicadores que possam ser simultaneamente enquadrados, vedada a dupla incidência sobre o mesmo evento.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



c) Consideram-se fatos geradores distintos, passíveis de cumulação: ocorrências em indicadores diferentes decorrentes de causas independentes; e ocorrências no mesmo indicador em períodos de medição distintos dentro do mesmo mês — por exemplo, atraso em chamado de incidente crítico e atraso em chamado de incidente de severidade alta decorrentes de falhas técnicas independentes.

d) Os descontos por indicadores distintos poderão ser cumulativos, limitados ao teto de 30% do valor mensal do enlace afetado por período de medição mensal.

e) O atingimento de disponibilidade inferior a 98,0% em um mesmo mês poderá caracterizar falha grave na execução contratual, ensejando, além da glosa máxima de 30%, a instauração de processo administrativo sancionatório, nos termos do art. 312, §6º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, que será conduzido de forma autônoma e independente do procedimento de medição.

f) A glosa constitui redimensionamento do pagamento em razão do resultado efetivamente entregue, não se confundindo com penalidade administrativa. A aplicação de glosa não afasta a possibilidade de aplicação de sanções contratuais cabíveis quando ultrapassado o limite de glosa previsto no art. 312, § 4º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, que dependerá de processo administrativo próprio com garantia de contraditório e ampla defesa.

7. GOVERNANÇA E CONTRADITÓRIO DA MEDIÇÃO

7.1. O ciclo mensal de medição observará o seguinte procedimento:

a) Até o 5º dia útil do mês subsequente: a contratada entregará o relatório mensal de desempenho por enlace nos canais oficiais designados pela Administração, com indicação dos indicadores de disponibilidade, desempenho, incidentes e mitigação DDoS, acompanhado das evidências auditáveis correspondentes — logs, capturas de tráfego, registros de chamados.

b) Até o 7º dia útil: o Fiscal Técnico analisará o relatório da contratada, confrontará com os registros do sistema de monitoramento da Administração e emitirá a apuração preliminar do IMR, com indicação dos indicadores apurados, dos descumprimentos identificados e dos descontos calculados por enlace.

c) Até o 9º dia útil: a contratada terá prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentar manifestação sobre a apuração preliminar, com evidências técnicas que eventualmente contrariem os registros da Administração. A ausência de manifestação no prazo implicará concordância tácita com os valores apurados.

d) Até o 11º dia útil: o Fiscal Técnico analisará a manifestação da contratada, decidirá sobre as divergências apontadas e emitirá a apuração definitiva do IMR, com indicação do valor mensal devido por enlace após aplicação das glosas.

e) Até o 13º dia útil: o Gestor do Contrato consolidará as apurações definitivas de todos os enlaces, autorizará o pagamento pelo valor apurado e comunicará à contratada o valor a ser





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

faturado, com indicação dos descontos aplicados e sua fundamentação.

f) A contratada emitirá a nota fiscal ou fatura pelo valor consolidado e autorizado pelo Gestor, observados os prazos de liquidação previstos no Termo de Referência.

7.2. Em caso de divergência não resolvida entre a apuração do Fiscal Técnico e a manifestação da contratada, prevalecerá o registro do sistema de monitoramento da Administração, salvo comprovação inequívoca de erro por parte da contratada, submetida à decisão motivada do Gestor do Contrato.

7.3. O faturamento mensal fica condicionado à validação do IMR pelo Fiscal Técnico e à autorização do Gestor do Contrato.

8. GLOSA E PENALIDADE — DISTINÇÃO E PROCEDIMENTOS

8.1. A glosa constitui instrumento de redimensionamento do pagamento proporcional ao resultado efetivamente entregue pela contratada, aplicável diretamente pelo Fiscal Técnico no ciclo mensal de medição, sem necessidade de processo administrativo autônomo, nos termos do art. 312, §4º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

8.2. A penalidade administrativa constitui sanção contratual e decorre de processo administrativo próprio, com garantia de contraditório e ampla defesa, instaurado pelo Gestor do Contrato quando: o somatório de glosas no mês ultrapassar o limite máximo de 30% do valor mensal do enlace afetado; houver reincidência de descumprimentos graves em meses consecutivos; ou houver descumprimento de obrigação contratual não coberta pelo IMR.

8.3. A glosa e a penalidade são institutos autônomos e não se substituem mutuamente. A aplicação de glosa não afasta a penalidade quando cabível, nem a penalidade afasta a glosa pelo resultado não entregue.

9. HIPÓTESES EXCLUDENTES E EVENTOS EXTERNOS

9.1. Não serão computadas como indisponibilidade para fins de apuração do SLA e de aplicação de glosas as seguintes hipóteses, desde que devidamente documentadas e comunicadas à Administração:

a) Paradas programadas previamente autorizadas pela Administração — com solicitação formal com antecedência mínima de 72 horas e aprovação expressa do Fiscal Técnico —, observada a obrigação de minimizar o tempo de interrupção e de restabelecer o serviço dentro do prazo autorizado;

b) Janelas de manutenção preventiva previamente agendadas e aprovadas pela Administração, realizadas preferencialmente fora do horário comercial;

c) Falhas diretamente atribuíveis à infraestrutura interna da Administração — equipamentos de borda, roteadores ou firewalls sob responsabilidade da Administração —, desde que





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



devidamente documentadas pela contratada com evidências técnicas e confirmadas pelo Fiscal Técnico;

d) Eventos de força maior ou caso fortuito, nos termos do art. 393 do Código Civil e do art. 312, §7º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, assim reconhecidos formalmente pela Administração mediante análise das evidências apresentadas pela contratada.

9.2. A ocorrência das hipóteses excludentes afasta a aplicação de sanção pela indisponibilidade verificada no período correspondente, nos termos do art. 312, §7º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024. Contudo, a excludente não autoriza automaticamente o pagamento integral do período em que o serviço não foi prestado — o valor devido será proporcional ao período de efetiva prestação, salvo nos casos de parada programada autorizada, em que o pagamento integral poderá ser mantido a critério da Administração, mediante decisão motivada do Gestor do Contrato.

9.3. A contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer evento que possa caracterizar hipótese excludente, com indicação do enlace afetado, da causa raiz, do momento de início e da estimativa de duração. A ausência de comunicação tempestiva afastará o reconhecimento da excludente.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Este Anexo integra o Termo de Referência para todos os fins, prevalecendo suas regras na medição, faturamento e aplicação de glosas relativas ao desempenho do serviço.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Gestor do Contrato, ouvido o Fiscal Técnico, com base nos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e do interesse público na adequada prestação dos serviços de conectividade institucional.

10.3. Este IMR poderá ser revisado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, quando alterações técnicas relevantes na arquitetura da solução ou na infraestrutura da Administração tornarem os parâmetros aqui definidos inadequados ou desproporcionais.

Elaborado por:

Gregory Antonio Campaner Pereira

Agente Administrativo Júnior

Norma Beatriz Ortellado

Telefonista Sênior

Pedro Thiago de Souza Guimarães

Agente Administrativo Júnior



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Revisado por:

Renato Vieira Gomes

Diretor de Telecomunicações e Infraestrutura

Sandro Ricardo Araujo da Silva

Diretor de Ciência de Dados e IA

Aprovado por:

Luiz Ninoff Teixeira

Secretário Municipal de Tecnologia, Inovação e Modernização Digital



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II – ITENS DA LICITAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL ANUAL
1	Serviço continuado de conectividade dedicada à internet, por meio de 01 (um) enlace independente, com banda garantida, capacidade mínima garantida de 1 Gbps, IP público válido, monitoramento, suporte técnico e SLA, conforme especificações técnicas do TR	15594	Serviço/mês	12	R\$ 6.673,15	R\$80.077,80
2	Serviço continuado de conectividade dedicada à internet, por meio de 01 (um) enlace independente, com banda garantida, capacidade mínima garantida de 1 Gbps, IP público válido, monitoramento, suporte técnico e SLA, conforme especificações técnicas do TR	15594	Serviço/mês	12	R\$ 6.673,15	R\$80.077,80
3	Serviço continuado de conectividade dedicada à internet, por meio de 01 (um) enlace independente, com banda garantida, capacidade mínima garantida de 1 Gbps, IP público válido, monitoramento, suporte técnico e SLA, conforme especificações técnicas do TR	15594	Serviço/mês	12	R\$ 6.673,15	R\$80.077,80

Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOV, “SIASG” OU NOTA DE EMPENHO, **prevalecerá sempre a descrição deste Edital/Termo de Referência.**



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Getúlio Vargas nº 280, inscrita sob o CNPJ/MF nº 76.206.606/0001-40, doravante CONTRATANTE, no ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Joaquim Silva e Luna e, XXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante CONTRATADA, no ato representado por XXXXXXXXXXXXXXXX, com CPF nº xxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa. Considerando, as atribuições legais conferidas ao gestor municipal e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), consistentes na prestação de serviços de conectividade dedicada à internet, com alta disponibilidade, banda garantida, suporte técnico, monitoramento e mecanismos de redundância, por meio de arquitetura baseada em três enlaces de conectividade independentes, providos por operadoras distintas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e edital de licitação de Pregão Eletrônico nº .../2026, tendo o que consta no **Processo Digital nº 18522/2026** e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e suas alterações e demais disposições legais, no que couber.

Vinculam-se a este, independentemente de transcrição e anexação, o Termo de Referência, o Edital da Licitação supracitada; a Proposta da CONTRATADA, parecer de julgamento, legislação pertinente à espécie e eventuais anexos dos documentos supracitados.

Parágrafo Primeiro - Serão incorporadas a este contrato, mediante Termos Aditivos, quaisquer modificações que sejam necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações no objeto, especificações, prazos e/ou normas gerais, com as devidas justificativas, em conformidade com os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - A assinatura do presente contrato indica que a CONTRATADA possui plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se às normas da lei específica e a totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

Parágrafo Terceiro - O Sistema Eletrônico Oficial Municipal utilizado para elaboração e validação legal do presente documento é o SISTEMA DE INFORMAÇÕES DIGITAIS (SID). A





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



assinatura eletrônica e a elaboração deste documento estão amparadas pelo Decreto nº 28.900, de 20 de janeiro de 2021; Lei nº 4.536, de 4 de setembro de 2017, que autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nº 3.971, de 17 de Abril de 2012 e 4.057, de 19 de Dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

O custo total da contratação é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), para um contrato de 24 meses, conforme custos unitários apostos na proposta apresentada, a ser empenhado à(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s): **19.003.04.126.0170.2059.3.3.90.40.1.505**

CLÁUSULA QUARTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)/SLA, conforme previsto no Termo de Referência: 1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada; 1.1.1. não produzir os resultados acordados; 1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou 1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios: 3.1. As glosas incidirão exclusivamente sobre o valor mensal do enlace afetado, não alcançando os demais enlaces em operação regular; 3.2. As glosas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras penalidades previstas no contrato, em caso de reincidência ou descumprimento reiterado dos níveis de serviço; 3.3. Indisponibilidades decorrentes de paradas programadas previamente autorizadas pela Administração não serão computadas para fins de apuração do SLA; 3.4. Eventos de força maior ou caso fortuito somente serão considerados excludentes mediante comprovação técnica inequívoca, aceita pela Administração; 3.5. O atingimento de disponibilidade inferior a 98,0% em um mesmo mês poderá caracterizar falha grave na execução contratual, ensejando, além da glosa máxima, a aplicação das penalidades administrativas cabíveis.
4. Do Recebimento - O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de prestação de serviços: a) provisoriamente, pelo fiscal, mediante termo detalhado, no prazo de 5 (cinco) dias quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previamente definidas no contrato; b) definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado no prazo de 5 (cinco) dias que comprove o atendimento das exigências contratuais.
5. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.
6. No termo detalhado deverá constar no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços; quem realizou a verificação; descrição do



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

serviço prestado e do enlace correspondente; número do termo do contrato e/ou da nota de empenho; prazo de execução e prazo de vigência do contrato.

7. Sempre que aplicável, o termo detalhado deverá ser acompanhado dos relatórios técnicos de desempenho e disponibilidade do período, registros de chamados e demais documentos comprobatórios da execução do serviço, em substituição a fotografias ou documentação própria de bens materiais.
8. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada um.
9. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
10. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
11. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal: 12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato; 12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes técnicos de conectividade, desempenho e disponibilidade e à verificação do cumprimento dos critérios mínimos de aceite definidos.
16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo. 17.1. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento. 17.2. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções; 17.3. Emitir-se-á Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e 17.4. Comunicar-se-á à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização. 17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
21. Liquidação - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Municipal.
22. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.
23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: 23.1. o prazo de validade; 23.2. a data da emissão; 23.3. os dados do contrato e do órgão contratante; 23.4. o período respectivo de execução do contrato; 23.5. o valor a pagar; e 23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
26. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

27. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
31. Prazo de Pagamento - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da legislação municipal.
32. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica em que a despesa originalmente estava inscrita.
33. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.
34. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso.
35. Forma de Pagamento - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
36. Será considerado data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

39. Antecipação de Pagamento - A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento parcial ou total.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência da contratação será de **02 (dois) anos**, contados a partir da formalização/celebração deste (data do contrato), podendo ser prorrogado sucessivamente por até 10 (dez) anos, desde que comprovada, a cada prorrogação, a vantajosidade da manutenção do contrato para a Administração, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO DO CONTRATO

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
7. As disposições previstas no Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.
8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências definidas na legislação municipal. 8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. 8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. 8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. 8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. 8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal. 9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. 10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal. 10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. 10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações. 10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas: 14.1. Avaliação mensal do IMR, com apuração objetiva dos indicadores de desempenho e dos níveis de serviço (SLA), por enlace; 14.2. Verificação mensal da disponibilidade mínima exigida (99,8%), com aplicação de glosas quando cabível; 14.3. Análise dos relatórios técnicos apresentados pela contratada, confrontando-os com os dados de monitoramento da





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Administração; 14.4. Registro formal de ocorrências e incidentes, com histórico de falhas, tempos de resposta e de solução; 14.5. Validação do faturamento mensal, condicionada ao cumprimento dos níveis de serviço e à ausência de pendências técnicas ou administrativas; 14.6. Reuniões periódicas de acompanhamento, sempre que necessário, para alinhamento técnico-operacional e mitigação de riscos; 14.7. Acompanhamento da transição contratual, quando aplicável, de modo a evitar descontinuidade do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

1. A designação dos agentes públicos indicados para o desempenho da fiscalização foi fundamentada no art. 7º da Lei nº14.133/2021, e conforme o Art. 22, inciso VI, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, segue dados dos gestores e fiscais ao final subscritos, bem como do Ordenador de Despesas, Luiz Ninoff Teixeira.
2. **A Gestão do Contrato será exercida pela servidor Renato Vieira Gomes, matrícula nº 20780.02, e a Fiscalização do Contrato será dividida entre o Fiscal Técnico, servidor Fábio Lopes, matrícula nº 22794.01.**
3. No exercício de suas funções, eles incumbirão providências para o acompanhamento e a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas para a execução regular e efetiva dos trabalhos por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA COMUNICAÇÃO E/OU CANAIS DE CONTATO

As partes contratantes acordam que toda a comunicação relacionada a este contrato será realizada por meio eletrônico, através do(s) seguinte(s) endereço(s) de e-mail: xxxxxxxxxxxx, o qual será o meio preferencialmente utilizado para as comunicações dos agentes públicos da Administração Municipal e caso seja alterado o e-mail, o fornecedor contratado ou registrado deverá formalmente comunicar a Administração Municipal por meio de protocolo eletrônico formal.

Caso haja necessidade de comunicação por telefone, as partes deverão entrar em contato através dos seguintes números: xxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO e OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1. Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;
2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: a) **Implantação inicial dos enlaces**, incluindo: a1) disponibilização física e lógica dos circuitos; a2) integração com a infraestrutura de rede existente da Administração; a3) realização de testes de conectividade, desempenho e disponibilidade; a4) validação técnica para início da operação. b) **Operação contínua do serviço**, incluindo: b1) fornecimento permanente de conectividade dedicada à internet, com banda garantida; b2) funcionamento da arquitetura com múltiplos enlaces independentes; b3) suporte ao roteamento dinâmico, conforme requisitos definidos neste Termo de Referência; b4) manutenção da estabilidade e do desempenho da conexão. c) **Monitoramento e suporte técnico**, incluindo: c1) monitoramento contínuo da disponibilidade e desempenho dos enlaces; c2)





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



identificação proativa de falhas, degradações ou indisponibilidades; c3) atendimento a incidentes, conforme níveis de severidade e prazos definidos; c4) atuação corretiva e preventiva durante toda a vigência contratual. d) **Manutenção e ajustes operacionais**, incluindo: d1) manutenção corretiva e preventiva necessária à plena execução do serviço; d2) ajustes técnicos e reconfigurações, quando demandados para preservação da qualidade e continuidade do serviço. As atividades de operação, monitoramento e suporte ocorrerão de forma **contínua**, durante **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, considerando a natureza crítica do serviço.

3. Local e horário da prestação de serviço: Os serviços serão prestados de forma **predominantemente remota**, por meio da infraestrutura de telecomunicações da contratada, com ponto de interconexão nas dependências da Administração Pública Municipal.
4. Quando necessária a atuação presencial, esta ocorrerá em **horário comercial**, de **segunda a sexta-feira**, salvo situações excepcionais ou emergenciais que demandem atendimento fora desse período, devidamente justificadas.
5. Os serviços serão prestados com ponto de entrega e interconexão na sede da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, localizada na Praça Getúlio Vargas, nº 280, Centro, Foz do Iguaçu/PR, ou em outros endereços da Administração Municipal que venham a ser formalmente indicados durante a vigência contratual, sem prejuízo da execução do objeto.
6. **Requisitos técnicos e operacionais mínimos:** a) prestar serviço contínuo de conectividade dedicada à internet, com garantia de disponibilidade compatível com a criticidade dos serviços públicos suportados pela Administração; b) operar por meio de arquitetura baseada em três (3) enlaces de conectividade independentes, de modo a mitigar domínios únicos de falha e assegurar a continuidade do serviço público essencial; c) viabilizar a contratação de enlaces independentes, providos por operadoras distintas, em consonância com o parcelamento do objeto e com as estratégias de mitigação de riscos; d) suportar a operação de roteamento dinâmico, notadamente por meio do protocolo BGP (Border Gateway Protocol) ou tecnologia funcionalmente equivalente, considerando que o Município possui Sistema Autônomo (AS) próprio e endereçamento IP público válido; e) disponibilizar endereçamento IP público válido, em quantidade suficiente para atender às necessidades institucionais; f) assegurar compatibilidade técnica com a infraestrutura de rede existente da Administração, incluindo roteadores e firewalls de borda, sem exigência de fornecimento ou substituição desses equipamentos; g) oferecer mecanismos de mitigação de ataques de negação de serviço distribuída (DDoS), integrados à solução de conectividade ou disponibilizados pela operadora, compatíveis com ambientes que utilizam roteamento dinâmico; h) garantir banda simétrica, com desempenho adequado tanto para tráfego de entrada quanto de saída, compatível com aplicações corporativas, serviços digitais e sistemas em nuvem; h.1) cada enlace de conectividade, a ser provido por operadora distinta, nos termos do inciso (c), deverá possuir capacidade mínima garantida de 1 Gbps, com banda dedicada e simétrica, assegurando o atendimento à demanda institucional, observado o disposto neste Termo de Referência; i) fornecer monitoramento contínuo do serviço, com identificação proativa de falhas, degradações ou indisponibilidades; j) Disponibilizar Suporte técnico especializado, durante toda a vigência contratual, para atendimento a incidentes, falhas e



Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

eventos críticos; k) atender às normas e regulamentações aplicáveis da ANATEL e demais órgãos competentes, relativas à prestação de serviços de telecomunicações.

7. **Fazer cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (inciso XVII, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021);**
8. **A obrigação, da CONTRATADA, de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta (inciso XVI, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021).**

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Proporcionar todas as facilidades para que o prestador possa cumprir suas obrigações;
2. Rejeitar os serviços que não atendam às especificações do Termo de Referência;
3. Efetuar o (s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal (ais) / Fatura(s) da contratada, observando, ainda, as condições estabelecidas no edital de licitação;
4. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades detectadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
5. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da contratada;
6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
7. A CONTRATANTE prestará todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(s) representante(s) da CONTRATADA;
8. A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA todo e qualquer tipo de informação interna essencial à realização dos serviços;
9. As disposições previstas no Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5 % (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
2. A exigência de garantia contratual se fundamenta na necessidade de mitigação dos riscos inerentes a presente contratação, especialmente em razão da criticidade do serviço de conectividade dedicada à internet para o funcionamento da Administração Pública.
3. Principais riscos associados à contratação: a) indisponibilidade prolongada dos enlaces de internet; b) falhas na implantação e ativação dos circuitos; c) descumprimento de níveis mínimos de serviço (SLA); d) interrupção ou degradação da comunicação de dados da Administração; e) eventual inexecução contratual ou descontinuidade do serviço.
4. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverão ser prestadas em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
5. No caso de seguro-garantia, sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA e QUALIDADE DOS SERVIÇOS

- a) Disponibilidade mínima mensal de 99,8% por enlace, correspondente a indisponibilidade máxima tolerável de aproximadamente 1 (uma) hora e 26 (vinte e seis) minutos em mês de 30 dias, conforme detalhado no Instrumento de Medição de Resultados — IMR — Anexo I do Termo de Referência;
- b) Latência máxima de ida e volta (RTT) de 20 ms (vinte milissegundos) entre o ponto de interconexão da Administração e o ponto de presença da operadora; jitter máximo de 5 ms (cinco milissegundos); e taxa de perda de pacotes máxima de 0,1% (um décimo por cento), medidos em condições normais de operação e verificados conforme metodologia definida no IMR;
- c) Tempo máximo de resposta ao chamado de 30 (trinta) minutos para incidentes de severidade crítica — indisponibilidade total do enlace — e de 1 (uma) hora para incidentes de severidade alta — degradação severa —, contados a partir da abertura formal do chamado nos canais oficiais de comunicação da contratada, conforme tabela de severidade definida no IMR;
- d) Tempo máximo de solução de 4 (quatro) horas para incidentes de severidade crítica e de 8 (oito) horas para incidentes de severidade alta, correspondendo ao Tempo Máximo para Restabelecimento do Serviço — MTTR —, conforme detalhado no IMR;
- e) Capacidade de failover automático entre enlaces em prazo máximo de 60 (sessenta) segundos após a detecção de falha, assegurando a continuidade do tráfego institucional sem intervenção manual da Administração;
- f) Estabilidade das sessões de roteamento BGP, com tempo máximo de reconvergência de rotas de 30 (trinta) segundos após evento de falha ou manutenção programada, de modo a minimizar o impacto sobre os sistemas e aplicações institucionais.

Parágrafo único - Os parâmetros definidos nesta seção constituem requisitos mínimos obrigatórios de desempenho e qualidade. Os licitantes poderão oferecer especificações superiores, desde que atendam integralmente aos mínimos estabelecidos. Os parâmetros das alíneas b, e e f admitem equivalência técnica, desde que demonstrado pelo licitante, na proposta técnica, que a solução ofertada atinge resultado operacional equivalente ou superior ao aqui especificado. Os parâmetros das alíneas a, c e d são inegociáveis e não admitem equivalência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5 % (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no Edital e no Termo de Referência.
- 2. A exigência de garantia contratual se fundamenta na necessidade de mitigação dos riscos inerentes à presente contratação, especialmente em razão da criticidade do serviço de conectividade dedicada à internet para o funcionamento da Administração Pública.
- 3. Principais riscos associados à contratação: a) indisponibilidade prolongada dos enlaces de internet; b) falhas na implantação e ativação dos circuitos; c) descumprimento de níveis mínimos de serviço (SLA); d) interrupção ou degradação da comunicação de dados da Administração; e) eventual inexecução contratual ou descontinuidade do serviço;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



4. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
5. No caso de seguro-garantia, sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

1. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato, formalizado mediante apostila pela Gerência de Apoio a Licitações do Departamento de Compras e Licitações.
2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando a data do Relatório de Pesquisa de Preço datada de 15/05/2026.
3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
2. É admitida a subcontratação parcial, limitada à utilização de infraestrutura de rede e serviços de telecomunicações providos por prestadora devidamente autorizada pela ANATEL, mediante contrato, acordo comercial ou instrumento equivalente, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021. Essa hipótese abrange exclusivamente a contratação de insumo de infraestrutura subjacente ao enlace, sendo vedada a transferência da gestão técnica e operacional do serviço a terceiro.
3. A subcontratação parcial admitida no item anterior não exime a contratada de qualquer responsabilidade contratual perante a Administração.
4. A contratada responderá integralmente pela execução do objeto, pelos níveis de serviço pactuados e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, independentemente de eventuais falhas da subcontratada.
5. A contratada que utilize subcontratada para fornecimento de infraestrutura de rede deverá: manter válidos, durante toda a vigência contratual, os instrumentos que comprovem o vínculo com a subcontratada autorizada pela ANATEL, apresentando-os à Administração sempre que solicitado pelo Fiscal Técnico designado; comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato qualquer alteração no vínculo com a subcontratada que possa impactar a continuidade ou a qualidade do serviço, com antecedência mínima de 30 dias quando a alteração for previsível; e assegurar que a subcontratada possua, durante toda a vigência contratual, autorização regular da ANATEL compatível com a natureza dos serviços de infraestrutura utilizados.



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a



Cidade que inspira e trabalha





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA APLICAÇÃO DAS MULTAS, PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 32.398/2024, neste contrato e nos documentos integrantes do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
2. Constituem infrações sancionáveis, sem prejuízo de outras previstas em lei ou contrato: inexecução parcial ou total do objeto; atraso injustificado; execução em desconformidade com o Termo de Referência ou proposta aceita; substituição indevida de profissional ou equipe determinante; não entrega de material, certificado, relatório ou comprovante exigido; apresentação de informação ou documento falso; comportamento inidôneo; fraude na execução contratual; e prática de ato lesivo à Administração Pública.
3. Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração: advertência; multa moratória; multa compensatória; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; e demais medidas previstas na legislação aplicável.
4. A multa moratória, quando cabível, deverá ser fixada no Termo de Referência ou neste contrato antes da assinatura do instrumento, em percentual de 0,5 % por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida ou parcela em atraso, limitada a 10 % do respectivo valor, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
5. A multa compensatória, quando cabível, deverá ser fixada no Termo de Referência ou neste contrato antes da assinatura do instrumento, em percentual de até 20 % sobre o valor total ou sobre a parcela inadimplida, conforme a extensão do dano, o grau de inexecução, a vantagem auferida, a reincidência, a boa-fé, a proporcionalidade e a razoabilidade.
6. As multas poderão ser descontadas de pagamentos devidos, da garantia contratual, quando houver, ou cobradas administrativa ou judicialmente, sem prejuízo da obrigação de reparação integral dos danos causados.
7. A aplicação de sanção não afasta a possibilidade de extinção contratual, glosa, reexecução, restituição de valores, suspensão de pagamento ou adoção de medidas necessárias à preservação do interesse público, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.
8. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de mora, sem que a obrigação tenha sido regularmente cumprida, o contrato poderá ser considerado inexecutado, total ou parcialmente, conforme o caso, sujeitando a contratada à multa compensatória no importe de 20% (vinte por cento) do valor correspondente à parcela inadimplida do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e das demais penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INTEGRIDADE, DA PREVENÇÃO À FRAUDE E À CORRUPÇÃO

1. As partes declaram conhecer e se comprometem a observar as normas de integridade, probidade administrativa, prevenção à corrupção, conflito de interesses e responsabilização administrativa aplicáveis às contratações públicas, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Federal nº 12.846/2013, a Lei Federal nº 8.429/1992 e a regulamentação municipal pertinente.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2. É vedado à CONTRATADA, diretamente ou por intermédio de terceiros, oferecer, prometer, dar, solicitar ou receber vantagem indevida, fraudar documentos, omitir informações relevantes, frustrar a fiscalização, praticar conluio, utilizar documento falso, interferir indevidamente na atuação de agente público ou praticar qualquer ato que comprometa a lisura da contratação ou da execução contratual.
3. A violação desta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções contratuais, administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da extinção contratual e da comunicação aos órgãos competentes.
4. Conceitos específicos de práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas vinculados a organismos internacionais somente serão incorporados quando o objeto, a fonte de recursos ou o regime jurídico aplicável assim exigir.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. O contrato extingue-se pelo cumprimento integral das obrigações de ambas as partes, pelo recebimento definitivo do objeto e pela quitação das obrigações financeiras e acessórias, sem prejuízo de responsabilidades remanescentes previstas em lei ou contrato.
2. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações, ou antes, do termo final por motivo previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, por acordo entre as partes, por inadimplemento, por interesse público, por impossibilidade superveniente de execução, por cancelamento do evento ou por outra causa juridicamente admitida, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando houver imputação de responsabilidade à CONTRATADA.
3. Quando a não conclusão do objeto no prazo decorrer de culpa da CONTRATADA, esta ficará constituída em mora, sujeitando-se às sanções cabíveis, podendo a Administração optar pela extinção contratual e adotar as medidas necessárias à continuidade ou recomposição do interesse público.
4. A extinção contratual não prejudica a apuração de perdas e danos, aplicação de sanções, execução de garantia, glosa, restituição de valores, reconhecimento de obrigações efetivamente executadas ou eventual apuração de desequilíbrio econômico-financeiro juridicamente cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, do Decreto Municipal nº 32.396/2024, do Termo de Referência, dos documentos integrantes do processo e, subsidiariamente, das normas e princípios aplicáveis aos contratos administrativos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ALTERAÇÕES

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA

A eficácia do contrato ou instrumento equivalente fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da divulgação do ato que autoriza a contratação direta ou do extrato correspondente no sítio eletrônico oficial do Município, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 197, § 2º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

A eventual restrição de publicidade somente será admitida nas hipóteses legais de sigilo e deverá ser formalmente justificada nos autos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para dirimir controvérsias decorrentes deste contrato que não puderem ser solucionadas administrativamente ou pelos meios consensuais admitidos em direito.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento, que será assinado digital ou eletronicamente no sistema oficial utilizado pelo Município de Foz do Iguaçu, observada a possibilidade de assinatura por testemunhas quando necessária ao reforço da força executiva extrajudicial, para que produza seus efeitos legais.

Foz do Iguaçu/PR, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

Documento assinado de forma digital/eletrônica, cfe Decreto nº 28.900/2021-PMFI.

5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ANEXO IV - DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

À

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Departamento de Compras

Pregão Eletrônico nº ____/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr _____, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concordam que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, de 2026.

Nome e carimbo do representante legal da empresa





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ANEXO V – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

PROPOSTA COMERCIAL

(em papel personalizado da empresa)

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____ IE _____
Endereço: _____ Tel/Fax: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
E-MAIL: _____

À

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Diretoria de Licitações e Contratos

Pregão Eletrônico nº/2026.

Banco _____ Agência Bancária _____ Conta Corrente nº _____

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do

serviço, conforme abaixo:

Item	Especificação do Item	Unid.	Qtde.	Preço Unitário R\$	Valor total R\$
01					

Condições de Pagamento:

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Declaramos que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, impostos de quaisquer naturezas, encargos sociais, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do serviço da presente licitação.

Local, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal da Proponente
(Nome legível/cargo)



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ANEXO VI – MODELO DE CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES

**CONVOCAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM CELEBRAÇÃO DE
CONTRATO**

A Secretaria _____, com fundamento no que dispõe o Art. 90, § 2º e §4º, da Lei 14.133/21, nos termos do item 15 do Edital, convoca todos os licitantes remanescentes do Pregão Eletrônico n.º ____/____ para, em ____ horas, manifestarem interesse na celebração do contrato que tem por objeto _____, nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor ou, no mesmo ato, apresentem sua melhor oferta, já acompanhadas de proposta, planilha de custos e documentos de habilitação. Em anexo, seguem o Edital, ata do certame, contrato em rescisão e eventuais apostilamentos e aditivos, se houver, com as informações necessárias para manifestação do interesse.



5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a



Cidade que inspira e trabalha



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Número: **90.036/2026**

Assunto: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 90036/2026 - INTERNET - STIM**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
5f30e2a1-0f14-4b10-91a0-4584c2efc43a

Hash do Documento

35F4E84BC164CA9675C36F10ACD906C82AC5B9A0F9792F549B6F81324DFD43EF

Anexos

EDITAL - PREGÃO 90036.2026 - INTERNET - STIM.pdf - **b3d7ada4-2c6d-408b-a573-917e95f3ed83**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/06/2026 é(são) :

LARISSA FERREIRA (Signatário) - CPF: ***69692212** em 02/06/2026 14:11:32 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

LUIZ NINOFF TEIXEIRA (Signatário) - CPF: ***39480662** em 02/06/2026 14:06:47 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTES DOCUMENTOS ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

